



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

GABRIELLE AZEREDO BATISTA

**PADRÕES ESPACIAS DO SETOR BANCÁRIO NO MUNICÍPIO DE MACAÉ
(2011-2021)**

Campos dos Goytacazes/RJ
2024

GABRIELLE AZEREDO BATISTA

**PADRÕES ESPACIAS DO SETOR BANCÁRIO NO MUNICÍPIO DE MACAÉ
(2011-2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Bruno Santos

Campos dos Goytacazes/RJ

2024

Ficha catalográfica automática - SDC/BUGG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

B333p Batista, Gabrielle Azeredo
PADRÕES ESPACIAS DO SETOR BANCÁRIO NO MUNICÍPIO DE MACAÉ
(2011-2021) / Gabrielle Azeredo Batista. - 2024.
82 f.: il.

Orientador: Leandro Bruno Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação)-Universidade
Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2024.

1. AS MUDANÇAS DO CAPITALISMO E A GÊNESE DO SETOR BANCÁRIO
BRASILEIRO. 2. FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESTRUTURA PRODUTIVA
DE MACAÉ. 3. CARACTERIZAÇÃO SETORIAL E ESPACIAL DO SETOR
BANCÁRIO DE MACAÉ. 4. Produção intelectual. I. Santos,
Leandro Bruno, orientador. II. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e
Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD - XXX

GABRIELLE AZEREDO BATISTA

**PADRÕES ESPACIAS DO SETOR BANCÁRIO NO MUNICÍPIO DE MACAÉ
(2011-2021)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Bruno Santos

Banca Examinadora

Prof. Dr. Leandro Bruno Santos Universidade
Federal Fluminense - UFF (Orientador)

Profa. Dr. Ricardo Abrate Luigi júnior
Universidade Federal Fluminense – UFF (Avaliador Interno)

Prof. Dr. Oséias Teixeira da Silva
Instituto Federal Fluminense – UFF (Avaliador Externo)

Campos dos Goytacazes/RJ

2024

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa está sendo moldada há cerca de um ano e muitas foram as retomadas e reflexões até que este objeto se moldasse e gerasse o que lhes apresento aqui. O processo não foi fácil e em muitos momentos precisei de resiliência, garra e principalmente de força de vontade.

Agradeço a Deus por ter me ajudado nesta caminhada e por ter me dado o amparo necessário para a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus pais, Elizabeth Mendes Azeredo e Lourenço Rosa Batista por terem sido os meus grandes incentivadores.

Agradeço ao meu noivo, Júlio Marcos Lopes, pela caminhada conjunta, pelo incentivo e por não me deixar desistir.

Agradeço aos meus amigos Ana Lima e Jonatan Vieira, pela amizade e lealdade durante toda a caminhada acadêmica.

Agradeço a todo o corpo docente da Universidade Federal Fluminense, dos quais fui aluna, por deixarem em mim um pouco de si, ao compartilharem comigo seus ensinamentos.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao meu orientador Leandro Bruno Santos, por sua incansável ajuda e carinho dedicados nesses últimos anos. A todos vocês a minha gratidão eterna, estarão sempre presentes nas lembranças mais doces. Sendo assim, deixo os meus sinceros agradecimentos a todos (as) que de alguma forma fizeram parte desse processo que me transformou em outra pessoa.

RESUMO

As novas tecnologias da informação alteraram fundamentalmente a percepção de espaço e tempo. A comunicação instantânea entre diferentes partes do mundo tornou-se uma realidade cotidiana, neste sentido, a globalização e as novas tecnologias apresentam desafios e oportunidades que revelam uma narrativa complexa e multifacetada. O presente trabalho aborda a evolução do setor bancário no município de Macaé, destacando as transformações que vem sofrendo ao longo do tempo e sua relação com as novas tecnologias da informação. Para essa pesquisa, realizamos levantamentos bibliográficos sobre as transformações do sistema capitalista; setor bancário no Brasil; e a expansão urbana de Macaé. Além disso, levantamos e sistematizamos dados fornecidos secundários (Banco Central e Federação Brasileira de Bancos) e primários de pesquisas de campo. Essa pesquisa tem como resultado a nova configuração do setor bancário macaense, com fechamento de várias agências e a refuncionalização das mesmas.

Palavras-chave: Bancário. Macaé. Análise. Mudança

ABSTRACT

New information technologies have fundamentally altered the perception of space and time. Instant communication between different parts of the world has become an everyday reality, in this sense, globalization and new technologies present challenges and opportunities that reveal a complex and multifaceted narrative. This work addresses the evolution of the banking sector in the municipality of Macaé, highlighting the transformations it has undergone over time and its relationship with new information technologies. For this research, we carried out bibliographical surveys on the transformations of the capitalist system; banking sector in Brazil; and the urban expansion of Macaé. In addition, we collected and systematized secondary data (Central Bank and Brazilian Federation of Banks) and primary data from field research. This research resulted in the new configuration of the Macanese banking sector, with the closure of several branches and their refunctionalization.

Keywords: Banking. Macaé. Analysis. Change

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Atuação dos órgão regulatórios entre 2006 e 2020.....	43
Figura 2: Planta da Cidade de Macaé – Século XVIII	47
Figura 3: Mapa de Localização do município de Macaé e seus distritos	48
Figura 4: Vínculos de empregos ativos em Macaé entre 2002-2021	52
Figura 5: Mapa de localização dos bancos no Município de Macaé – RJ em 2023.....	61
Figura 6: Bradesco Prime (Agência 0575)	68
Figura 7: Santander Select (Agência 1811).....	68
Figura 8: Itaú Personalite (Agência 9674).....	69
Figura 9: Banco do Brasil (Agência 4691).....	69
Figura 10: Banco Caixa (Agência 3391)	69
Figura 11: Banco Itaú (Agência 4292)	69
Figura 12: Banco Santander (Agência 0800)	70
Figura 13: Banco Itaú (Agência 6128)	71
Figura 14: Banco Itaú (Agência 9298)	71
Figura 15: Banco Caixa (Agência 184).....	71
Figura 16: Banco Bradesco (Agência 1545).....	71
Figura 17: Banco Santander (Agência 3190)	72
Figura 12: Banco do Brasil (Agência 0051).....	72
Figura 19: Banco Itaú (Agência 0941)	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da população nos municípios do Norte Fluminense de 1970 a 2022	50
Tabela 2: Variação da taxa de população urbana, rural, área territorial e densidade demográfica em Macaé (1960 – 2010)	51
Tabela 3: Taxa de desocupação em Macaé entre o 3º trimestre de 2020	54
Tabela 4: Valor adicionado bruto por atividade econômica, Produto Interno Bruto per capita e Impostos sobre produtos, segundo as Regiões de Governo e municípios do Estado do Rio de Janeiro – 2020.....	55
Tabela 5: Royalties nos municípios da região Norte Fluminense	57
Tabela 6: Estabelecimentos bancários em Macaé entre 2010 e 2021.....	60
Tabela 7: Estabelecimentos bancários em Macaé por bairros entre 2010 e 2021	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estabelecimentos em Macaé – 2012 a 2021.....	53
Gráfico 2: Empregos por setores em Macaé – 2012 a 2021	54
Gráfico 3: Estabelecimentos Bancários em Macaé – 2010 a 2021.....	61
Gráfico 4: Números de Empregos – 2010 a 2021	62
Gráfico 5: Salário Médio Nominal – 2011 a 2021	63
Gráfico 6: Massa Salarial Deflacionado – 2011 a 2021	64
Gráfico 7: Salário Médio Deflacionado – 2011 a 2021.....	64
Gráfico 8: Sexo dos bancários macaenses – 2011 a 2021	65
Gráfico 9: Organização do setor bancário macaense – 2011 a 2021	66
Gráfico 10: Organização do setor bancário macaense por bairro – 2011 a 2021	67

LISTA DE ABREVIATURAS

BANACRE	Banco do estado do Ceará
BANDEPE	Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
BANDES	Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo
BANEPE	Banco de Fomento do Estado da Bahia
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BANESE	Banco de Fomento do Estado de Sergipe
BANESESTES	Banco do Estado do Espírito Santo
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
BANPARÁ	Banco do Estado do Pará
BCB	Banco de Crédito da Borracha
BDMG	Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
BEA	Banco do estado do Amazonas
BEG	Banco do Estado de Goiás
BEMAT	Banco do Estado do Mato Grosso
BEMGE	Banco do Estado de Minas Gerais
BEP	Banco Comercial e Agrícola do Piauí
BESC	Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
BNB	Banco do Nordeste
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BRB	Banco Regional de Brasília
CC	Computação Cognitiva
CDI	Comissão de Desenvolvimento Industrial
CMBEU	Comissão Mista Brasil/Estados Unidos
CNA	Companhia Nacional de Álcalis
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ML	<i>Machine Learning</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PRODUBAN	Banco da Produção Do Estado de Alagoas

PROER.	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Bancário Nacional
PROES	Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária
RTP	Real Time Payment
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SPB	Sistema de Pagamentos Brasileiros
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – AS MUDANÇAS DO CAPITALISMO E A GÊNESE DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO.....	18
1.1 Sistema econômico capitalista.....	18
1.2 Flexibilidade, globalização e redes.....	23
1.3 Contextualização histórica do setor bancário no brasil.....	26
CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESTRUTURA PRODUTIVA DE MACAÉ.....	45
2.1 Formação socioespacial de Macaé.....	45
2.2 Estrutura produtiva e dinâmica populacional.....	48
CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO SETORIAL E ESPACIAL DO SETOR BANCÁRIO DE MACAÉ.....	59
3.1 Caracterização setorial do setor bancário em Macaé.....	59
3.2 Configuração espacial do setor bancário macaense.....	65
CONCLUSÃO.....	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

INTRODUÇÃO

A globalização, um fenômeno multifacetado que permeia as esferas econômica, social e cultural, está intrinsecamente interligada às rápidas transformações trazidas pelas novas tecnologias da informação. O advento da internet e das tecnologias digitais marcou uma revolução na forma como o mundo se conecta, gerando uma rede global instantânea que transcende fronteiras geográficas.

A globalização econômica é evidenciada pela interconexão de mercados em escala global, impulsionada pelas novas tecnologias. As transações comerciais e financeiras ocorrem em tempo real, permitindo uma integração mais estreita das economias. A digitalização de processos empresariais e o comércio eletrônico desempenham um papel crucial nessa integração (CASTELLS, 2002).

Urna nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX, chamo-a de informacional, global e em rede [...]. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia [...] dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimento. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes [...], estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interações entre redes empresariais (CASTELLS, 2002, p.119).

As novas tecnologias da informação alteraram fundamentalmente a percepção de espaço e tempo. A comunicação instantânea entre diferentes partes do mundo tornou-se uma realidade cotidiana. Harvey (2012) destaca que é necessário que se compreenda que o espaço-tempo resultante da globalização é intensificada pelas inovações tecnológicas, diminuindo as distâncias físicas e acelerando as interações globais.

No contexto social, a globalização e as novas tecnologias apresentam desafios e oportunidades. A disseminação rápida de informações promove a conscientização global, mas também pode acentuar desigualdades Appadurai (1996) destaca como as tecnologias de comunicação moldam as experiências sociais e criam novas formas de participação, identidade e expressão cultural.

Culturalmente, a globalização e as novas tecnologias provocam uma convergência e divergência de influências culturais. Os meios de comunicação, incluindo as tecnologias da informação, moldam a cultura e a percepção humana. A disseminação de conteúdo cultural

através da internet e das redes sociais destaca a complexidade dessas interações culturais (MCLUHAN, 1964).

A rápida evolução das tecnologias da informação impulsiona a inovação e o empoderamento individual. Rifkin (2014) afirma que a democratização do acesso à informação e às tecnologias permite a participação ativa dos indivíduos na criação e compartilhamento de conhecimento, redefinindo as dinâmicas sociais.

A globalização e as novas tecnologias também levantam questões éticas e desafios de governança. A privacidade, a segurança cibernética e a manipulação da informação são preocupações crescentes. Flóridi (2016) destaca a importância de abordagens éticas e regulamentações eficazes para lidar com os impactos sociais e éticos das tecnologias da informação em um mundo globalizado.

Em conjunto, a globalização e as novas tecnologias da informação estão moldando um mundo cada vez mais interconectado, redefinindo a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos. Essa dinâmica complexa exige uma abordagem holística para compreender e enfrentar os desafios e oportunidades que surgem nesse contexto global.

Ao abordar o panorama do setor bancário é imperativo considerar o papel dos bancos no Brasil, examinando suas estratégias, impactos e desafios. É necessário identificar as tendências históricas e padrões que podem enriquecer a compreensão da dinâmica bancária no contexto brasileiro. A investigação proposta para Macaé pode se beneficiar dessa perspectiva mais ampla, contextualizando-a dentro do cenário nacional (OLIVEIRA, 2017).

Santos *et al.* (2015) realça que, para que se entenda o sistema financeiro brasileiro, é fazer uma análise aprofundada, particularmente da regulação e das interações entre diferentes instituições. A compreensão desses elementos é crucial para a análise espacial, pois fornece insights sobre os fatores que influenciam a distribuição das agências bancárias. A revisão bibliográfica se apoia nessas obras para fundamentar a análise da presença bancária em Macaé, destacando a importância de considerar o contexto nacional ao examinar dinâmicas locais.

Santos et al. (2015, p. 38) afirma:

A regulação brasileira é muito restritiva: os fundos de investimento constituídos no Brasil não podem se endividar, e somente algumas categorias podem operar com derivativos; todos os fundos são registrados, sujeitos a requisitos de regulamentação e de supervisão; há extensas exigências de disponibilização de relatórios diários e mensais para o regulador (incluindo informações sobre carteiras dos fundos, balanços e utilização de derivativos); ainda, são obrigados a usar marcação a mercado, de acordo com processos definidos e supervisionados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), juntamente com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima); por fim, o modelo brasileiro exige que

fundos tenham administrador e gestor habilitados pela CVM, ambos legalmente responsáveis pelos fundos, o que também contribuiu para a robustez do setor.

O panorama do setor bancário no Brasil é complexo e dinâmico, refletindo as transformações econômicas, regulatórias e tecnológicas que o país enfrentou ao longo das últimas décadas. A presença de uma variedade de instituições financeiras, tanto públicas quanto privadas, destaca a diversidade e a competição dentro do setor.

O processo de globalização, aliado às mudanças regulatórias, tem influenciado a forma como os bancos operam e competem, enquanto a busca pela inclusão financeira e a adoção de tecnologias digitais estão redefinindo as práticas bancárias no país. A competição acirrada impulsiona a busca por eficiência e inovação, criando um ambiente propício para a evolução do setor.

O desafio futuro reside na capacidade do setor bancário brasileiro em adaptar-se continuamente a um ambiente em constante mudança, promovendo inclusão financeira, adotando práticas sustentáveis e incorporando tecnologias de maneira a atender às necessidades diversificadas de uma sociedade em transformação. A revisão das obras dos autores mencionados e dos demais utilizados ao longo do trabalho contribuem para a compreensão desse panorama multifacetado, destacando a importância de uma abordagem abrangente e adaptativa para enfrentar os desafios e oportunidades que o setor bancário brasileiro enfrenta.

A transformação do setor bancário no município de Macaé ao longo da última década emerge como um fenômeno intrinsecamente ligado às mudanças dinâmicas do capitalismo, à globalização e à interconexão de redes econômicas. Este estudo visa fornecer uma compreensão abrangente das mudanças notáveis que ocorreram no setor bancário de Macaé ao longo da última década, conectando as transformações macroeconômicas globais às realidades específicas deste município. Ao explorar a gênese dessas mudanças, busca-se lançar luz sobre os fatores que moldaram e continuam a moldar o cenário bancário local, contribuindo para o entendimento mais amplo das dinâmicas econômicas contemporâneas.

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender quais os padrões espaciais estão presentes em Macaé, levando em consideração a reconfiguração do setor bancário do município. Dentre os objetivos específicos têm-se: Entender como o avanço da tecnologia e das redes influencia o setor bancário do município; Analisar quais práticas espaciais estão presentes na cidade, que corroboram para a reconfiguração do setor; Entender qual é a lógica atual da localização das agências em macaé.

Para a construção do presente trabalho foi feito um levantamento bibliográfico dos temas considerados pertinentes para pesquisa, como livros, artigos em revistas etc., bem como, um levantamento de dados secundários em diferentes plataformas de dados (RAIS/CAGED; Banco Central; IBGE etc), por meio da sistematização dos dados coletados e uso de softwares para tratamento e confecção de mapas e gráficos, para a análise do dados obtidos no trabalho de campo.

Em síntese, este estudo procura desvendar não apenas os números e estatísticas associados ao setor bancário de Macaé, mas também as narrativas subjacentes às transformações observadas. Ao conectar as realidades locais às dinâmicas globais, buscamos lançar luz sobre as complexas interações que moldam o cenário financeiro dessa cidade ao longo da última década

No primeiro capítulo serão exploradas as mudanças fundamentais no panorama do capitalismo, destacando os aspectos de flexibilidade e globalização que moldaram as estruturas econômicas. Além disso, investigaremos a contextualização histórica do setor bancário brasileiro, fornecendo um arcabouço conceitual crucial para compreender as tendências que impactaram diretamente Macaé.

O segundo capítulo concentra-se especificamente em Macaé, um município cujo desenvolvimento econômico e social é inextricavelmente vinculado à indústria petrolífera, traçando sua formação e apresentando dados econômicos essenciais, como emprego, Produto Interno Bruto (PIB), setores de atividade econômica e população. A caracterização gráfica do setor bancário local oferecerá uma visão aprofundada, abordando elementos como o número de estabelecimentos bancários, empregos, salários médios e a demografia dos profissionais bancários.

No terceiro capítulo, a pesquisa se volta para uma análise espacial, incorporando as influências da globalização e das novas tecnologias de informação no cenário bancário local. Macaé, como uma cidade globalizada, está sujeita a fluxos financeiros e tecnológicos que impactam diretamente a infraestrutura e a distribuição geográfica dos bancos. Essa perspectiva espacial acrescenta camadas adicionais à compreensão das mudanças no setor bancário. A análise gráfica apresentada oferece uma visão visual da transformação do setor bancário em Macaé. O número de estabelecimentos bancários, os empregos gerados, os salários médios e a distribuição demográfica dos profissionais bancários são elementos cruciais para entender não apenas a magnitude, mas também a natureza dessas mudanças ao longo do tempo.

CAPÍTULO 1 – AS MUDANÇAS DO CAPITALISMO E A GÊNESE DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

Neste capítulo, faremos uma discussão sobre o capitalismo e sua relação com a gênese do sistema financeiro e bancário brasileiro. Para tal, dividimos o presente capítulo em três seções, das quais a primeira aborda a passagem do sistema feudal para o capitalista, enfatizando as principais características do modo de produção vigente e por quais transformações ela passou. Na segunda seção, tratamos da flexibilização e de como ela engendrou um novo paradigma no modo de produção vigente, podendo ser relacionadas também com a evolução das técnicas, que proporcionaram a conectividade com as redes. Na terceira parte deste capítulo, retomamos a trajetória histórica do sistema bancário e financeiro brasileiro, recordando os principais acontecimentos até os dias atuais.

1.1 Sistema econômico capitalista

Considerando que esse trabalho busca tratar os bancos, nos parece imprescindível trazer uma breve introdução sobre o modo de produção vigente, o capitalismo. Boltanski; Chiapello (2009), ao tentarem formular uma caracterização mínima para o capitalismo, enfatizam a exigência de acumulação ilimitada do capital. Ainda segundo os autores, o acúmulo do capital, não consiste num acúmulo de riquezas, ou seja, de objetos desejados por seu valor de uso, mas sim do lucro, desta forma, o fim último do capital é o dinheiro ou a própria acumulação.

Nesta seção abordaremos, de forma geral, as mudanças no sistema capitalista que ocorreram no século XIX e XX, articulando com os modelos de produção, considerando que “os modelos de produção se confundem com o próprio capitalismo” (RIBEIRO, 2015, p.72), além de trazer as principais variantes sociais, econômicas e espaciais promovidas pelos modelos de produção, que vão resultar, para a geografia, em uma economia multidimensional.

Uma geografia econômica multidimensional procuraria oferecer uma análise dos diferentes níveis ou campos do processo econômico e as maneiras pelas quais estes campos interagem para produzir uma configuração específica de Desenvolvimento desigual (MARTIN, 1994, p. 56).

Desta forma, ao estudar os bancos, observamos que a faceta multidimensional se apresenta, pois cada lugar vai formar seu próprio arranjo de desenvolvimento, atreladas às variantes econômicas e técnicas da época, culminando nas mudanças do sistema bancário brasileiro, tratada na terceira seção deste capítulo.

Comparato (2011) salienta que o surgimento do capitalismo se dá no final da Idade Média, ou seja, com a desestruturação do sistema feudal surgem novas formas de se relacionar com o trabalho e conseqüentemente, produzir, marcando a passagem do sistema feudal para o capitalista. A literatura traz diferentes fases desse sistema, sendo os mais utilizados e referenciados capitalismo comercial, capitalismo industrial e capitalismo financeiro, sendo este último acrescido do adjetivo informacional.

Sob influência da escola da regulação, que se baseia nos regimes de acumulação e modos de regulamentação, Harvey (2012) mostra que, desde finais do século XIX, se tem o primeiro regime de acumulação¹, o taylorismo, em que Frederick Taylor propôs uma completa teoria da gerência, que procurou aplicar métodos científicos aos processos de controle do trabalho. A grande mudança proposta por Taylor foi a separação entre “pensar” e “fazer”, a visão individualista e competitiva do trabalhador, estimulada pelos processos de remuneração do trabalho associado aos incentivos para melhoria da produtividade, desta forma, o taylorismo conseguiu atender aos interesses do capital – obter ganhos com a intensidade do trabalho.

Os Princípios da Administração Científica, de F. W. Taylor - um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento (HARVEY, 2012, p. 121).

Portanto, o método de Taylor propõe uma gerência com métodos, regras e maneiras para execução do trabalho, visando o melhor aproveitamento do movimento e do tempo, fazendo com que surja a expropriação do saber do trabalhador entre a execução e concepção, marcando uma das principais características do taylorismo.

O uso prático dos dados científicos requer uma sala em que são guardados os livros, notações dos rendimentos máximos e uma mesa para o planejador das tarefas. Assim, todo o trabalho feito pelo operário no sistema antigo, como resultado de sua experiência pessoal, deve ser necessariamente aplicado pela direção no novo sistema, de acordo com as leis da ciência, porquanto o trabalhador, ainda que bem habilitado na organização e uso dos dados científicos, estaria materialmente impossibilitado de trabalhar, ao mesmo tempo, na máquina e na mesa de planejamento. Está claro, então, na maioria dos casos, que um tipo de homem é necessário para planejar e outro tipo diferente para executar o trabalho (TAYLOR, 1987, p. 35).

¹ Constituído pelo conjunto das regularidades econômicas e sociais que, em cada momento histórico, são capazes de garantir a acumulação no longo prazo. PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. Estudos avançados, v. 23, p. 25-39, 2009.

As inovações introduzidas pelo taylorismo tornaram-se o ponto de partida para o fordismo.

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabeleceu no ano anterior em Dearborn, Michigan. [...] O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2012, p. 121).

No fordismo, a grande mudança e novidade da época foi a utilização de esteiras rolantes que, ao estabelecer os trabalhadores em uma posição fixa no processo produtivo, resultou em ganhos exponenciais de produtividade. Ribeiro (2015) assevera que o intuito de Ford não era apenas dominar a força de trabalho, mas conseguir ter adesão dos trabalhadores e moldar um novo homem.

Harvey (2012) aponta que a diferença entre o taylorismo e o fordismo era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção em massa significava consumo em massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Observamos que a esteira rolante foi uma inovação técnica que possibilitou ganhos sem precedentes na produção ao passo que ideologicamente faz nascer uma nova sociedade democrática.

O Fordismo equivaleu ao maior esforço coletivo para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar a vida. (HARVEY, 2012, p. 121).

Essa nova sociedade democrática, que Gramsci (1976) vai chamar de americanismo, não teve adesão imediata por parte dos trabalhadores, muitos deles não aceitavam essa forma de controle e gerenciamento do trabalho, fazendo com que fosse necessário implementar medidas de adesão dos trabalhadores, surgindo a política de altos salários.

Para Gramsci, “a política dos altos salários é uma forma de combinar, sabiamente, a coerção com a persuasão e o consentimento, e isto pode ser obtido por uma maior retribuição

que permita um determinado nível de vida a classe trabalhadora” (GRAMSCI, 1976, p.405). Desta forma, observamos que a elevação dos salários estava ligada diretamente com a manutenção de alto consumo, logo, alimentando a indústria e sua produção em massa.

Gramsci (1976) acrescenta que a ética do consumo era uma arma de dois gumes, pois ao passo que o capitalismo necessitava que os trabalhadores consumissem, esse consumo deveria ser moderado para que não interferisse nas condições psicofísicas do trabalhador, fazendo com que Ford construísse uma brigada de agentes para fiscalizar a vida dos trabalhadores fora das fábricas.

Deve-se destacar o relevo com que os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais dos seus dependentes e pela acomodação de suas famílias; a aparência do ‘puritanismo’ assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não é possível desenvolver o novo tipo de homem solicitado pela racionalização da produção e do trabalho, enquanto o instinto sexual não for absolutamente regulamentado, não for também ele racionalizado (GRAMSCI, 1976, p.392).

A fiscalização da vida dos operários não era exercida apenas no âmbito sexual, o assédio moral era exercido em muitas outras áreas da vida dos trabalhadores, fazendo com que se torne uma característica do novo estilo de vida americano, que só foi possível com a participação do Estado. Harvey (2012) afirma que o fordismo conseguiu se desenvolver como padrão de produção e como estilo de vida (americanismo) pelo trabalho organizado, capitalismo corporativo e a nação-Estado.

Como dito anteriormente, a diferença entre o fordismo e o taylorismo seria sua visão (HARVEY, 2012), indo ao encontro com Gramsci (1976) ao considerar que a diferença entre o fordismo e taylorismo estaria no projeto de hegemonia contida no fordismo. Observamos, dessa forma, que a hegemonia no americanismo não era uma simples dominação da força de trabalho dos operários, mas sim a conquista da adesão por parte dos trabalhadores, “a hegemonia começa no chão da fábrica, pois, antes de tudo, é necessário conquistar a adesão dos trabalhadores” (GRAMSCI, 1976, p.394). É nesse contexto que surge a ideia de pacto e compromisso social entre as classes capitalistas e a classe trabalhadora.

Como dito anteriormente, o fordismo só conseguiu sua hegemonia com a participação da Nação-Estado, a esse respeito cabe destacar que o Estado do bem estar social foi um conjunto de políticas públicas e sociais pautadas para o crescimento e hegemonia do fordismo: “O Estado do bem-estar social, enquanto Estado provedor, configura-se, então, como um emblema do padrão de produção fordista” (RIBEIRO, 2015, p.70).

Nota-se que o fordismo se apresentou como como padrão de produção que demandou mais de meio século para se estruturar e se desenvolver. O padrão de produção que se desenvolveu a priori nas fábricas teve consequências marcantes tanto no sistema capitalista quanto no estilo de vida dos trabalhadores, fazendo com que uma nova sociedade fosse construída.

Entretanto, no final da década de 1960, alguns indicadores evidenciaram a crise do fordismo. Ao retornar às ideias de Marx, Harvey (2012) traz os três princípios do modo de produção contidas na obra do autor, a primeira delas diz que o capitalismo é orientado para o crescimento, a segunda que o crescimento se apoia na exploração do trabalho e a terceira, o capitalismo é organizacionalmente dinâmico. Dessa forma, a dinâmica contida no capitalismo o tornaria propensos a crises.

[...] além de as tendências de crise do capitalismo apresentarem a tendência de produzir fases periódicas de superacumulação. Uma condição generalizada de superacumulação seria indicada por capacidade produtiva ociosa, um excesso de mercadorias e de estoques, um excedente de capital-dinheiro e grande desemprego. As condições que prevaleciam nos anos 30 e que surgiram periodicamente desde 1973 têm de ser consideradas manifestações típicas da tendência de superacumulação (HARVEY, 2012, p. 170).

No período pós-guerra, observou-se uma fase marcada com a crescente da produção fordista, os chamados 30 anos gloriosos do fordismo, no entanto, no final da década de 60 e início de 70 tem- se o início da crise fordista. “A economia de escala caracteriza-se pela produção em série de bens duráveis como casas, carros e eletrodomésticos. O que ocorre no fim dos anos 60 é uma saturação do mercado, o que leva a uma taxa decrescente de consumo desses bens" (BIHR, 1999 apud RIBEIRO, 2015, p.73).

Somadas à saturação do mercado, um outro fator que marca a crise fordiana se encontra na reação da classe trabalhadora contra o modo de produção vigente até então.

Em Maio de 1968 – quando os estudantes secundaristas vão para as ruas, na França, manifestar sua revolta contra o modo rotinizado, hierarquizado e excessivamente disciplinado do sistema de ensino – se torna um momento emblemático da não aceitação das formas de controle da vida implementadas pelo padrão de produção fordista (RIBEIRO, 2015, p.73).

Um outro fator que contribuiu também para a crise do modo de produção fordista se encontra no choque do petróleo de 1973, momento em que a economia do mundo todo se viu abalada pelo processo inflacionário. Desta forma, observamos que toda a hegemonia americana construída no fordismo se encontrava abalada e desgastada, necessitando de reformulações.

1.2 Flexibilidade, globalização e redes

Como visto na seção anterior, todo modelo de desenvolvimento sob o sistema capitalista está suscetível a crises (HARVEY, 2012) e, a partir do final de 1960 e início de 1970, com a grande rigidez do sistema capitalista sob o regime de acumulação fordista, tornou-se cada vez mais urgente a flexibilização.

Recordando as características do modo de produção vigente até então, tínhamos: trabalhadores em posição fixa; divisão das tarefas; padronização dos produtos; larga escala de produção; grandes galpões etc. Todas essas características vão dar lugar à acumulação flexível, a saber:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2012, p. 140).

Com a evolução das técnicas, o uso de maquinário demandou cada vez menos mão de obra humana no setor produtivo/manufatureiro. As novas formas de organização industrial, bem como os desdobramentos da financeirização global e o advento das tecnologias da informação, aparecem como particularidades suficientes para considerar a redefinição do paradigma Fordista-Taylorista até o fim da década de 1970.

Desta forma, observa-se que há uma mudança de paradigma no sistema capitalista, a acumulação flexível buscou romper com todas as características do modo de produção Fordista-Taylorista, dando lugar a novas características marcantes:

Essa grande alteração no paradigma capitalista vigente buscava trazer mais flexibilidade, sendo marcado por algumas características principais, entre elas novas formas de consumo; novas formas de produção, especialmente por estoques menores; uma grande desconcentração espacial dos processos produtivos, aumentando os alcances através da conexão pelos transportes, demandando uma grande mudança técnica e de infraestrutura para engendrar essa flexibilidade necessária para o capitalismo (SANTOS, 2020, p.19).

Portanto, novas características surgem com a flexibilização, que irão demandar um outro papel do Estado. Enquanto no fordismo tínhamos um Estado que intervia na economia para manter a hegemonia fordista, na acumulação flexível temos o Estado atuando como grande

desregulador, que trará as condições necessárias para a maior flexibilidade e circulação desse novo sistema de acumulação.

Antes de abordarmos o novo sistema de acumulação, nos parece pertinente entrelaçar o que toda essa mudança de paradigma do sistema capitalista tem a ver com o espaço geográfico e, para isso, precisamos entender o que é o espaço geográfico. A ciência geográfica tem seu objeto de estudo e de análise o espaço geográfico, tornando necessário dar maior enfoque para entender como se dão as grandes mudanças do sistema capitalista sobre o espaço geográfico. Santos (2008) trata o espaço como:

Algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (SANTOS, 2008, p. 23).

Por conseguinte, a relação entre os objetos e ações se intensificam no sentido que os objetos são cada vez mais técnicos, dotados de um discurso e intencionalidade e as ações se tornam cada vez mais racionalizadas (SANTOS, 2008). Essa intensificação do espaço ou meio é chamada de meio técnico-científico-informacional.

Temos de um lado um novo sistema técnico hegemônico, e, de outro, um novo sistema social hegemônico, cujo ápice é ocupado pelas instituições supranacionais, empresas multinacionais e Estados, que comandam objetos mundializados e relações sociais mundializadas. O resultado, no que toca ao espaço, é a criação do que chamamos meio técnico-científico e a imposição de novo sistema da natureza (SANTOS, 2008, p. 20).

Observamos que as novas características da flexibilização engendraram um novo molde no que diz respeito ao funcionamento do sistema capitalista, bem como a compreensão do espaço, a saber:

É a cientificização e a tecnicização da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização (SANTOS, 2008, p. 24-25).

Neste sentido, observamos que a evolução das técnicas e das tecnologias se dão sobretudo a partir do século XX, durante o período pós guerra, e Castells (2002) exemplifica que, após o período mencionado, se alteraram as formas anteriores de se entender a informação. “As telecomunicações também foram revolucionadas pela combinação de “nós” (roteadores e

computadores eletrônicos) e novas conexões (tecnológicas de transmissão)” (CASTELLS, 2002, p. 81).

É relevante pôr em evidência que esse novo sistema de acumulação se torna global, pois estamos diante de uma nova forma de acumulação, no qual há uma evolução das técnicas que proporciona alcances não vistos anteriormente, expandindo os panoramas de possibilidade de circulação do sistema capitalista.

Ainda sobre esse novo panorama que se iniciava, Santos (1994) traz a ideia de transição de um ecúmeno, (um espaço habitado e organizado), para um espaço global, com maior interdependência e solidariedade nas diferentes escalas geográficas. Ainda segundo o autor, a divisão do trabalho eram forças impulsionadoras da globalização, que estava alterando profundamente a dinâmica espacial do planeta.

Em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumentando a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão de todo ele do fenômeno de região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que reconhecamos como um espaço de conveniência mesmo que a chamemos por outro nome (SANTOS, 1994, p.45).

A divisão internacional do trabalho estava se tornando mais complexa e interconectada. Diferentes partes do mundo desempenhavam papéis especializados na produção global de bens e serviços. Isso resultou em uma interdependência econômica mais profunda entre os países. Neste sentido, Santos (1994) observou como o capital, em busca de lucros e oportunidades de investimento, estava se tornando cada vez mais global. Empresas multinacionais expandiram suas operações por todo o mundo, criando cadeias de produção globalizadas e redes de negócios que transcendem fronteiras nacionais.

Considerando a circulação do sistema capitalista, podemos destacar que a rede passou a ser o meio pelo qual a produção, a circulação e o consumo se realizam efetivamente e que só foram possíveis com a grande revolução técnica dos microprocessadores e, mais tarde, com a criação da internet, pois essa fez com que o mundo fosse mais conectado. Santos (1994, p.24) realça que a instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria entre lugares e acontecimentos uma relação unitária na escala do mundo.

Ainda sobre as redes, Dias (2000, p. 148) enfatiza que uma das propriedades da rede é a conectividade: “A primeira propriedade das redes é a conectividade – qualidade de conexão -, que

tem ou em que há conexão, ligação. Os nós das redes são assim lugares de conexões, lugares de poder e de referência, como sugere Raffestin”.

Observamos, portanto, que as redes e seus “nós” engendram os aspectos mais decisivos do pós-Fordismo, pois o aumento da flexibilidade em escala global, a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar ultrapassando as fronteiras sociais e espaciais só foram possíveis com as redes, gerando uma descentralização da produção, uma das características marcantes do processo de flexibilização da produção.

1.3 Contextualização histórica do setor bancário no Brasil

Na primeira seção deste trabalho, abordamos que a faceta multidimensional se apresenta no espaço geográfico como sendo resultado das mudanças ocorridas no sistema capitalista que vão resultar em uma configuração específica de desenvolvimento desigual, sendo esse dado pela interação entre os diversos níveis econômicos, abrangendo lugares, economia regional e também mundial. Observamos, dessa forma, que todas as mudanças do capitalismo, abordadas nas seções anteriores, influenciam as demais escalas, porém, cada lugar com suas particularidades.

No que tange os bancos, objeto de estudo deste trabalho, setor que está diretamente ligado ao sistema capitalista, muitas são as particularidades, sendo elas atreladas às variantes econômicas, sociais e técnicas da época.

Outro fator que merece destaque se relaciona com a importância da corporação para a leitura do espaço geográfico, sendo um agente que modifica o espaço, por meio de suas complexas teias de trocas e grau de dependência entre os diversos espaços, de modo a compor uma hierarquia entre as diferentes redes polarizadas de cidades (SILVA, 2000). Nessa direção, entendemos que “as grandes corporações constituem um dos mais importantes agentes de organização espacial da sociedade capitalista moderna” (SILVA, 2000, p. 01) e que, a partir dos avanços das redes, o espaço se torna cada vez mais importante e as estratégias locais são cada vez mais seletivas.

Portanto, o setor bancário se faz presente tanto como principal fator de integração do território nacional quanto um dos principais usuários das redes de telecomunicação e beneficiários das diferenciações entre cidades, principalmente pela abertura econômica no país na década de 1990.

A periodização é uma ferramenta teórica essencial para os estudos geográficos, desta forma, a fim de um entendimento mais perene, dividimos essa seção com os períodos do setor

bancário brasileiro, destacando que “a periodização só é viável quando se valoriza adequadamente os fenômenos sociais a partir do seu contexto histórico” (CONTEL, 2007, p.08).

Ao fazer uma contextualização histórica do setor bancário brasileiro, trataremos algumas questões sociais, técnicas e de divisão social do trabalho, para uma sistematização e entendimento mais significativo do assunto e sua relação para a construção do espaço geográfico.

O primeiro período do setor bancário brasileiro (1905-1964) se caracteriza pela desarticulação monetária do país. A revisão de literatura aponta que as heranças coloniais forjaram um atraso técnico sem precedentes em todo território brasileiro, pode se dizer que as primeiras dificuldades encontradas pelo sistema bancário nacional são datadas já no período do império (CONTEL, 2007).

No final do século XIX, tínhamos um território fragmentado e desarticulado, composto por um sistema bancário pouco desenvolvido, por conta da falta de infraestrutura de transporte e também de comunicação. “Em função da ausência de infraestruturas de comunicação e transporte que pudessem dinamizar os fluxos de pessoas, bens, mercadorias e moedas no espaço nacional, existiam regiões monetárias isoladas” (CONTEL, 2007, p. 15).

Toda essa desarticulação contribuiu para que fossem criadas leis que se adequassem à realidade de cada região do país, os importantes bancos de cada Estado estavam autorizados a emitir títulos de crédito e bilhetes bancários que funcionavam como moedas locais ou regionais. Nesse contexto, a existência de bancos regionais emissores coloca em evidência a falta de uma autoridade monetária no país, somadas às particularidades que cada região do Brasil apresentava à época.

A bibliografia analisada permite afirmar que o Brasil apresentava muitas particularidades que dificultavam a integração nacional dos bancos e a construção de um setor bancário mais robusto, como por exemplo, o caso de São Paulo:

No caso de São Paulo, apesar de haver um dinamismo econômico robusto, desde ao menos as últimas duas décadas do século XIX, os principais circuitos geradores de excedentes à época (isto é, os circuitos de exportação do café) se utilizavam de outros atores (que não os bancos) como forma de financiar a produção. Era o caso principalmente dos chamados “comissários do café” (CONTEL,2007, p.16).

Os “comissários do café” eram os homens responsáveis por gerar uma rede de concessão de créditos aos fazendeiros do café, faziam parte das suas atividades a compra e entrega de

escravos aos fazendeiros, além de implementos agrícolas, roupas e alimentos que eram para serem pagos com a venda do café (SCHULTZ, 1996).

Além dos “comissários do café”, São Paulo contava também com os armazéns, que ficavam dentro das fazendas e eram destinados, boa parte, para suprir as necessidades de consumo dos colonos. “Os armazéns serviam como fornecedores de crédito principalmente para os colonos, que se dirigiam-se a este tipo de estabelecimento dentro das fazendas para realizar suas necessidades de consumo” (LENCIONI, 2020, p.01).

Temos também todas as particularidades que circundavam a região amazônica à época do ciclo da borracha, com os chamados “sistema de aviamento”, que, em suma, tinham como objetivo fornecer crédito e suprimentos aos seringueiros em troca da produção de borracha, formando assim, “uma relação social de produção não tipicamente capitalista, embora gerada pelo capital comercial” (LENCIONI, 2020, p. 01).

Lencioni (2020, p. 01) afirma que “o capital cria diferentes formas de espacialização” reforçando a ideia de complexidade das relações entre o capitalismo, o desenvolvimento geográfico e a região, pois a autora argumenta que essas dinâmicas são enraizadas em eventos históricos e muitas vezes estão repletas de contradições e desigualdades. Vemos, portanto, que problemas vinculados à infraestrutura, desigualdade e também à falta de uma autoridade monetária contribuíram para a organização do território brasileiro fragmentada por regiões, sendo cada qual com seu modelo local/regional de atividades que dificultavam a consolidação do sistema bancário nacional.

Podemos dizer que toda essa situação começa a mudar em 1905, quando é fundado, pela terceira vez, o Banco do Brasil. Esse período, também chamado de reforma bancária nacional, corresponde à alteração de conteúdos normativos que cercavam as finanças em território nacional. Da Costa Neto (2004) assinala que a re-fundação do Banco do Brasil altera o padrão de circulação do capital financeiro no país. Se antes a característica principal era a fragmentação em regiões econômicas, com a re-fundação do Banco do Brasil “passa a funcionar a partir de uma composição societária mais pulverizada “despersonalizando” o controle da organização, além do Banco do Brasil se tornar a única instituição autorizada a emitir moeda no território nacional”.

A re-inauguração do Banco do Brasil, com todas as normas contidas nela, é o ponto de partida para a unificação bancária que se materializa, entre outros, no processo de expansão de agências pelo território nacional. Contel (2007, p. 21) salienta que “uma segunda tentativa de modernizar a atividade bancária no território foi a política de expansão da rede de agências do Banco do Brasil”.

Com relação ao movimento de expansão das agências em território nacional, na década de 1920, pelo menos uma agência era instalada em cada Estado da federação, somadas com uma outra ação que impulsionou ainda mais o início do modernismo do setor bancário, que foi a política de dotação mínima de recursos financeiros nas agências do Banco do Brasil. Neste sentido, “cada parcela do território contaria, assim, com a possibilidade do uso de crédito bancário como forma de desenvolvimento regional” (CONTEL, 2007, p.22). Como consequência, essas transferências foram importantes para a integração do território, do ponto de vista financeiro, bem com o início e estabelecimento de serviços bancários onde não se tinha anteriormente.

Dois acontecimentos marcantes os anos 1920 corroboram na modernização do sistema bancário brasileiro e na integração do território nacional, sendo elas a câmara de compensação de cheques e a carteira de emissão de redescontos (CARED). A primeira melhorou a eficiência das transações comerciais e incrementou a velocidade do dinheiro (TRINER, 1996). Já a segunda, a carteira de emissão de redescontos, formou “um conjunto de regulações e normas que passam a balizar o comportamento dos atores financeiros” (TRINER, 1996, p. 23).

Esses acontecimentos culminaram com uma primeira transformação importante, o processo de estatização dos bancos privados, que foram criados no início do século XX, como, por exemplo, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo e o Banco Hipotecário e Agrícola do estado de São Paulo que, após a estatização, passa a ser chamado de Banco do Estado de São Paulo (BANESPA).

O setor bancário brasileiro começa, pois, a ganhar forma, se tornando cada vez mais robusto, com número crescente de agências espalhadas no país, ao passo que a legislação financeira se torna mais restritiva em relação à atuação de bancos estrangeiros no território (DA COSTA NETO, 2004).

A bibliografia analisada permite afirmar que a participação dos bancos estrangeiros diminuiu consideravelmente. Em 1919, o território brasileiro contava com a presença de 44,9% dos depósitos totais do sistema bancário com participação dos bancos estrangeiros, em 1934, esse número correspondia a 24,5% apenas (CONTEL, 2007). A situação torna-se ainda mais complicada após a outorga das constituições em 1934 e 1937, que é quando se inicia a nacionalização dos bancos estrangeiros e a exclusividade dos bancos nacionais com relação ao controle acionário das instituições bancárias. Em 1941, a legislação põe prazo para a nacionalização dos bancos estrangeiros ainda restantes em território nacional, tornando ainda mais difícil a permanência no país.

Todas as mudanças normativas estabelecidas em território nacional levaram a um expressivo número de agências em solo brasileiro, “Em 1944, o Brasil apresentava cerca de 663 matrizes de bancos pelo território” (CONTEL, 2007, p. 26), desta forma, todos os critérios estabelecidos pela legislação foram cruciais para a expansão das atividades do sistema bancário brasileiro.

Antes de adentrarmos ao segundo período do sistema bancário brasileiro propriamente dito, nos parece pertinente contextualizar com acontecimentos que datam de 1945 a 1964, o que a literatura se refere como “subperíodo” (CONTEL, 2007, p. 47). Muitos acontecimentos marcaram esse subperíodo, a intervenção do Estado na economia inaugurou uma série de transformações em conteúdos técnicos, que proporcionou tanto uma maior integração do território, como um novo estilo de vida para os brasileiros.

O processo de industrialização brasileira, se comparado com muitos países do mundo, aconteceu de forma tardia, a intervenção estatal na economia foi o fator primordial para que essa situação mudasse. Sposito e Santos (2012, p. 14) afirmam que “o Estado desempenhou um papel decisivo na configuração do peculiar capitalismo industrial brasileiro”. A “industrialização brasileira é vasta e repleta de controvérsias, principalmente no que se refere aos principais fatores geradores de tal processo” (SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 146). Os problemas relacionados à falta de infraestrutura eram de naturezas distintas, mas “a história de todos os países que se industrializaram é ligada diretamente ao incremento das necessidades de geração e transmissão de energia” (CONTEL, 2007, p. 37). Neste sentido, se fazia necessário a intervenção do Estado nos projetos de engenharia (de transporte; geração de energia; serviços urbanos).

O crescimento urbano verificado nas cidades brasileiras começa a exigir investimentos em serviços públicos nas cidades: transportes urbanos, serviços de saneamento e urbanismo, iluminação pública etc. E praticamente todos os novos equipamentos instalados no território, a bem da verdade, são grandes consumidores de engenharia (como é o caso das unidades fabris, de iluminação pública, entre outros). Daí a enorme demanda gerada, sobre uma insuficiente capacidade energética instalada (SAES, 1986, p. 37).

No ano de 1930, com o fim a República Velha e da tão conhecida na época política do “café com leite”, a ascensão do governo de Getúlio Vargas marca um momento que desvincula a economia brasileira industrial das atividades cafeeiras, tal senda enfraqueceu a aristocracia rural e latifundiária, com ênfase na produção cafeeira, o que faz com que as políticas passem a ser favoráveis à industrialização (SPOSITO; SANTOS, 2012).

O desenvolvimento acelerado que aconteceu em âmbito nacional na era Vargas tem duas dimensões (CORSI, 1996). Na primeira houve um desenvolvimento muito acelerado que teria dois lados, um onde o apoio de setores fundamentais responderia rapidamente ao problema da fragmentação da economia em setores regionais que pouco se integravam. Já na segunda esta aceleração faria uma inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, através da negociação e harmonização dos interesses entre Estado e os capitais vindo de fora, o que possibilitaria o desenvolvimento do país e a criação de política e decisões econômicas por meio dos interesses internos.

Getúlio Vargas concentrou todos estes projetos de industrialização em duas áreas, o Ministério da Fazenda e a Assessoria Econômica. A Assessoria Econômica tinha dois papéis, o de assessoria do gabinete presidencial e de secretaria informal de planejamento, onde estas eram compostas por técnicos especialistas em planejamento e política industrial, energética e mineral, além das indústrias militares. O Ministério da Fazenda criou a Comissão Mista Brasil/Estados Unidos (CMBEU) e Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), que tinham a responsabilidade de criar projetos voltados a infraestrutura energética e para a industrialização (LEOPOLDI, 1996).

A Assessoria Econômica foi de suma importância no planejamento industrial pois, além de fazer reformas administrativas, ela foi essencial na criação da Petrobras e da Eletrobrás. Já a CMBEU e a CDI, foram os responsáveis pela criação do BNDE, que disponibilizou investimentos para que fosse reequipados os portos, as ferrovias brasileiras, além da criação de projetos de expansão hidroelétrica e siderúrgica, além do estímulo a indústria de transportes e de material elétrico (LEOPOLDI, 1996).

O BNDE, tal como outros bancos estatais, foi criado por Vargas por conta da ausência de relacionamento entre o setor bancário e as indústrias, que não eram capazes de alavancar o desenvolvimento econômico nacional. Com isso é possível entender que os bancos públicos foram protagonistas na construção de políticas de financiamento de longo prazo, para que fossem disponibilizados altos volumes de capital para o avanço industrial no Brasil (MIRANDA; TAVARES, 2000).

Neste sentido, pode-se concluir que foram as políticas desenvolvimentistas criadas por Vargas que proporcionaram o crescimento e o expansão industrial de nosso país. O Estado, além de financiar a industrialização e a criação de mecanismos tarifários e não tarifários, construiu várias indústrias estatais em setores importantes da economia nacional, setores estes que não era interesse do capital nacional de multinacional, pois tais investimentos eram

elevados, de longo prazo, com falta de demanda inicial, de alto riscos e complexidade tecnológica (MIRANDA; TAVARES, 2000).

Diferentemente do primeiro período, que “lidavam basicamente com a concessão de crédito a prazos mais curtos, geralmente para financiamento da agricultura, ou para algumas atividades comerciais urbanas” (GOLDSMITH, 1986, p.43), o período que se instalava tinha uma base técnica maior e mais complexa, demandando uma série de investimentos e financiamentos que cabiam ao BNDE.

Importante destacar que:

O Estado não só financiou a industrialização e criou uma série de mecanismos tarifários e não tarifários, como ainda construiu indústrias estatais em setores pesados extremamente importantes para a economia nacional, nos quais tanto o capital nacional como o multinacional não tinham interesses, devido aos elevados investimentos, à falta de demanda inicial, aos prazos longos de maturação, aos riscos, à complexidade tecnológica etc.(SPOSITO; SANTOS, 2012, p. 150).

Com a melhoria na infraestrutura, toda fragmentação herdada do período colonial é suavizada, a construção de uma rede urbana consolida o processo de industrialização nas cidades brasileiras. Podemos também afirmar, neste sentido, que a melhoria na base técnica brasileira foi o fator determinante para o desenvolvimento do moderno sistema financeiro e bancário nacional, como afirma o supracitado autor:

Podemos dizer, portanto, que esses novos conteúdos do território (dos quais destacamos com algum detalhe aqueles ligados à geração de energia e à atividade industrial) é que impulsionarão a formação de um sistema financeiro e bancário nacional mais moderno, capaz de suprir com recursos médio e principalmente- de longo prazo, os novos sistemas de ações e de objetos que serão acrescentados ao território brasileiro no período (CONTEL, 2007, p. 43).

Ainda acerca do desenvolvimento do sistema financeiro e bancário nacional que se desenrolava à época, a partir de 1945 temos a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que “viria a ser o órgão controlador do sistema financeiro ou simplesmente a autoridade monetária da nação” (CONTEL, 2007, p. 46). Este fato merece destaque porque retira do Banco do Brasil algumas funções e responsabilidades que foram adquiridas ainda no primeiro período, na ausência de um órgão controlador máximo

A partir da SUMOC há uma mudança na estrutura bancária do país. Algumas ações realizadas pela superintendência da Moeda e do crédito, como por exemplo a criação das financeiras (Sociedades de Financiamento e Investimentos), impactam diretamente a oferta e a

procura de crédito no território nacional (SILVA, 1994). No entanto, esse crescimento acontece de forma díspar, tendo seu aumento na chamada “região concentrada no território brasileiro, formada pela presença de um meio técnico mais dinâmico e contíguo nas regiões Sul e Sudeste do Brasil” (SANTOS; SILVEIRA 2001, p.52).

A fim de diminuir essa desigualdade, a superintendência da moeda e do crédito estabeleceu critérios para a distribuição de agências no território. “Era de entendimento da SUMOC que o avanço dos fixos estavam se dando de maneira muito concentrada em certos pontos e áreas do espaço nacional” (CONTEL, 2007, p. 56), com isso, “a SUMOC adotou medidas que limitavam a abertura de novas agências (SILVA, 1994, p. 03). Neste sentido, houve a necessidade de criação de instituições, por parte do governo Federal, que desenvolvessem as regiões norte e nordeste do país. E é nesse contexto que surge o Banco de Crédito da Borracha em 1942 e a Caixa de Crédito Cooperativo em 1943, que, em suma, tinham como objetivo a drenagem e irrigação de recursos para o desenvolvimento das regiões em questão (DA COSTA NETO, 2004).

Quanto ao Banco de Crédito da Borracha:

Em 1942, como parte integrante dos acordos de Washington, definiu-se a criação do Banco de Crédito da Borracha (BCB), no qual, o Brasil e EUA seriam sócios, este com 40% do capital por meio de *Ruber and Reserve Company*, e por meio do qual se responsabilizariam pela sustentação da produção de borracha natural brasileira fornecendo financiamentos e assistências aos produtores e atuando, no mercado no sentido de compra de produtos brasileiros. Iniciou-se então, um grande esforço de levantar a produção brasileira (DA COSTA NETO, 2004, p. 85).

Assim como o governo Federal, os governos estaduais adotaram medidas para organização das finanças em moldes regionais com a premissa de maior controle. O Banco Hipotecário e Agrícola de Minas, criado em 1911, se transformou no Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE), no Rio de Janeiro, o Banco da prefeitura do distrito federal e o Banco de Crédito do Estado do Rio de Janeiro se transformaram (juntos) no Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ) em 1950 (CONTEL, 2007). No período em foco, houve a criação de:

1955-Banco do Estado de Goiás (BEG); 1958- Banco do estado do Amazonas (BEA); 1958- Banco Comercial e Agrícola do Piauí (BEP); 1960- Banco de Fomento do Estado da Bahia (BANEPE); 1962- Banco do Estado do Pará (BANPARA); 1962- Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BESC); 1962- Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (BANDEPE); 1963- Banco da Produção Do Estado de Alagoas (PRODUBAN); 1963- Banco de Fomento do Estado de Sergipe (BANESE); 1963- Banco do Estado do Mato Grosso (BEMAT); 1964- Banco do estado

do Ceará (BEC); 1964- Banco da Produção e do Fomento do Acre (BANACRE) (CONTEL, 2007, p. 69).

O segundo período (1964-1994) é uma continuidade às mudanças técnicas que já eram vistas em território nacional. A bibliografia analisada permite afirmar que, em 1964, com a nova constituição, altera-se novamente os conteúdos normativos do território, bem como foi responsável pela superação do modelo de acumulação baseado na substituição de importações (SILVA, 1994).

Os esforços feitos pelo Governo Militar inauguraram o processo de integração física do território brasileiro, que tornam “ainda mais atrativo o espaço nacional para algumas firmas estrangeiras; mas vai possibilitar, sobremaneira, que grandes empresas estatais e privadas sejam criadas, e assumam parte significativa na condução da organização do território” (CONTEL, 2007, p. 85).

Silva (1994) salienta que o Estado apoiou e estimulou os grandes bancos comerciais privados para que assumissem a liderança da conglomeração financeira. Assim, “com efeito, surge a atual estrutura dos grupos financeiros: banco comercial, banco de investimento, financeira, distribuidora, corretoras sociedade de crédito mobiliários, *leasing* etc.” (SILVA, 1994, p. 04).

Nos parece de igual importância destacar como a vida cotidiana brasileira no período em tela mudou e como os novos hábitos engendraram maior consumo. Como afirma Contel, (2007, p. 88), “o incremento da vida urbana do território aumenta todos os tipos de consumo possíveis: consumo dos setores empresariais (insumos, financiamento), estatais (consumos materiais e imateriais para a prestação eficiente de serviços urbanos) e ainda consumos individuais e familiares”.

Todo esse consumo faz nascer a necessidade de cada vez mais crédito e financiamento, e é nesse contexto que reside o cerne de nosso estudo. Santos; Silveira (2001) afirmam que:

A economia e o território não se organizam nem funcionam sem grandes somas de dinheiro nas suas formas de crédito, empréstimos, numérico vivo, hipotecas, *commodities*, seguros e tantos outros instrumentos. Cria-se dessa forma uma dependência do sistema financeiro, que acaba invadindo todas as etapas da produção em sentido amplo, pois todas “precisam” dele e todas constituem modos de acumulação de mais-valia (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.132).

No que tange às finanças, o período em questão apresenta mudanças consideráveis em sua topologia e na sua organização. Goldsmith (1986) afirma que

neste período as instituições e os instrumentos financeiros mudam mais significativamente do que no século precedente em sua estrutura, além de se diversificar resultando na criação de uma super estrutura de instituições e instrumentos financeiros ampla, com relação a grandeza da economia, é muito mais variada do que em quase todas os países subdesenvolvidos (GOLDISMITH, 1986, p. 361).

Não é demais ressaltar que as mudanças na base técnica, que tiveram início em 1945, cresceram exponencialmente a partir da década de 1960, culminando nas melhorias na infraestrutura que reforçaram a integração física do território brasileiro. Ainda acerca da base técnica, pode se dizer que “com a construção das redes de telecomunicações é que podemos dizer que passamos de um período *técnico-científico* para um *técnico-científico-informacional* de nossa história” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.73).

Várias são as transformações que marcaram a passagem de período *técnico-científico* para um *técnico-científico-informacional*. Santos; Silveira (2001, p. 73) realçam que “do telégrafo ao telefone e ao telefax, do fax e do computador ao satélite, à fibra óptica à internet, o desenvolvimento das telecomunicações participou vigorosamente do jogo entre separação material das atividades e unificação organizacional dos comandos”. Com a passagem para o período *técnico-científico-informacional*, a atividade financeira e bancária do Brasil demandou uma série de novos atores que contribuíssem na renovação e na modernização da atividade financeira. Como afirma (CONTEL, 2007, p. 108), “a renovação dos sistemas técnicos bancário, com a introdução de novos sistemas de objetos informacionais, como redes de computadores, de caixas eletrônicos e sistemas de transmissão de dados aumentam a circulação de dinheiro no território”.

Dias (1995) destaca que o poder dos bancos, nesse período, cresce de maneira impressionante. Contel (2007, p. 110) salienta que “os próprios agentes do sistema financeiro são chamados a investir no desenvolvimento de sistemas técnicos que permitissem um processamento cada vez mais informatizado”, corroborando no fortalecimento do setor bancário na busca no processo de automação.

Com todo o processo de automatização do setor bancário, a partir de 1980, o processo *batch* (processamento de dados em lote que acontecia, sobremaneira, na madrugada) “foi substituído pelo processo *on-line* das informações” (CONTEL, 2007, p.112), permitindo que as agências tivessem acesso às informações dos clientes de forma instantânea e que o setor financeiro ficasse livre das chamadas “flutuações de valores”. Diante de uma nova realidade no sistema financeiro e bancário brasileiro, novos atores foram criados mudando a organização das

atividades do setor financeiro, bem como o alcance e funcionalidade. Todas essas mudanças consolidaram a formação do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O terceiro período do sistema bancário brasileiro (1994) inaugurou uma nova fase no setor das finanças. Nas seções anteriores, observamos que o capitalismo é dinâmico - o que o torna propenso a crises- e que a intervenção do Estado na economia foi imprescindível na promoção e desenvolvimento da industrialização bem como na infraestrutura que o Brasil carecia à época. Esses fatos são importantes, pois, todas as melhorias e desenvolvimento da industrialização nacional foram pautadas em grande volume de “empréstimos internacionais, ocorrida desde 1970 e 1980” (CONTEL, 2009, p. 120). Porém, a partir dos anos 1980, a crise do capitalismo causou uma grande mudança no modo de produção vigente. No Brasil, essa crise se deu sob a forma de uma grande recessão econômica e elevadas taxas de inflação.

Uma das alternativas que o governo brasileiro tomou frente à grande inflação foi o processo de estabilização da moeda. Como nos lembra Contel (2009), “o plano de estabilização da moeda, instalado em 1994, chamado Plano Real, permitiu que novos atores e sistemas técnicos fossem acoplados às infraestruturas produtivas do território” (CONTEL, 2009, p.120). A partir do plano de estabilização da moeda, uma série de mudanças foram concebidas no sistema bancário nacional. Moura (2002) nos lembra que, a partir do plano, i) houve um decréscimo das taxas de inflação, que por sua vez diminuíram, em um primeiro momento, os ganhos das instituições financeiras que tinham a maior parte de suas receitas no chamado “lucro inflacionário”; ii) o Plano incrementou à abertura econômica do país; iii) houve a criação de uma “rede de segurança” para o sistema financeiro nacional, com o objetivo de criação de mecanismos de proteção mais eficazes e abrangente.

As mudanças contribuíram para a “reestruturação do sistema bancário” (CONTEL, 2009) e nos parece importante estabelecer um nexos entre liberalização, privatização e plano real. A estabilização da moeda se fez ancorada na abertura econômica do país, Contel (2009) nos lembra que “o processo de estabilização da moeda trouxe, fundamentalmente, a melhoria do chamado “ambiente de investimento” para os grandes atores do cenário econômico globalizado” (CONTEL, 2009, p. 121), ou seja, o processo de estabilização da moeda aumentou a funcionalidade para atores econômicos globalizados.

Essa melhoria no “ambiente de investimento” perpassa de alguma forma nas ações do governo brasileiro orientadas pelo liberalismo econômico. O governo brasileiro, com a premissa de reestruturação financeira e bancária nacional, adotou dois programas: PROES e PROER. O primeiro, o Programa de Incentivo à Redução do Estado na atividade bancária, tinha

como objetivo reduzir ao mínimo a presença de instituições financeiras controladas pelos governos estaduais no sistema financeiro (SALVIANO JR, 2004).

Com o segundo, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Bancário Nacional, “o Governo Federal oferecia financiamentos em longo prazo para que os estados da Federação sanassem (ou diminuísse sensivelmente) seu endividamento” (CONTEL, 2009, p. 121). No início desta seção, vimos que o Brasil carecia de infraestrutura básica para a circulação e fortalecimento do setor bancário e financeiro. A fragmentação em regiões também foi outro fator que dificultava a consolidação do sistema financeiro nacional, favorecendo a criação dos bancos estaduais, com a premissa de maior desenvolvimento para seus estados.

“Desde a década de 1970, portanto, os Estados da federação passam a fazer uso sistemático de seus bancos públicos, tendo, no processo de endividamento, uma forma para a manutenção do financiamento de serviços públicos essenciais” (MOURA, 2002, p.36) Importante destacar que vários eram os estados da federação que se encontravam endividados, sendo que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais lideravam o endividamento. Dessa forma, para o governo federal, os Bancos Estaduais “impediam a solução da crise fiscal, e o controle inflacionário do país” (GARMAN; LEITE; MARQUES, 1998, p.121), sendo necessário liquidar essas instituições financeiras. Para Franco (1999), o processo de privatização das instituições públicas era uma oportunidade de ouro para irradiar a doença chamada Banco estadual.

Com o PROES, os estados passam a contar com a possibilidade de terem suas dívidas financiadas pelo Governo Federal num prazo mais longo (CONTEL, 2009) e, em contrapartida, abrem mão de seus bancos e de outros ativos (ferrovias, prédios públicos, centrais de abastecimento etc.). O PROES teve adesão por parte dos governos estaduais, fazendo com que se desenhasse quatro possibilidades para as agências: a) extinção da instituição financeira; b) privatização; c) transformação em instituição não-financeira (agência de fomento); d) federalização (aquisição do controle pela União, que posteriormente privatizaria ou extingiria a instituição); e) saneamento da instituição.

A bibliografia analisada permite afirmar que o processo de privatização aconteceu na maior parte dos bancos de cada estado da Federação, salvo algumas exceções, como no caso do:

- 1) Banco do Estado de Sergipe (BANESE); 2) Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES); 3) Banco do Estado do Pará (BANPARÁ); 4) Nossa Caixa (Caixa Econômica do Estado de São Paulo); 5) Banco de

Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG); 6) Banrisul; 7) Banco do Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES); 8) Banco Regional de Brasília (BRB) (CONTEL, 2009, p. 124).

Observa-se que uma grande quantia de dinheiro envolve a privatização das redes bancárias no Brasil, sendo que mais de 62 bilhões de reais foram gastos para a alteração patrimonial dos bancos estaduais. O que nos leva a pensar quais eram os atrativos que essas agências tinham, a ponto de tanto instituições nacionais quanto estrangeiras mostrarem interesse na aquisição desses ativos.

O principal atrativo, e o mais pertinente, se relacionava com a topologia das instituições bancárias em território nacional, ou seja, a forma como as agências estavam espalhadas no espaço brasileiro. “Por serem redes há tempos construídas, a maior parte das agências desses bancos possui localização privilegiada, seja no que diz respeito à rede urbana de cada Estado, como no próprio tecido urbano das cidades, onde estão instalados os fixos geográficos prestadores de serviços bancários (agências, postos de atendimento, caixas eletrônicos, principalmente)” (CONTEL, 2009, p. 124).

Esse resgate dos diferentes momentos históricos por que passou o setor bancário e financeiro do Brasil permite perceber que várias foram as transformações que ocorreram no setor. No início desta seção, abordamos como as corporações se fazem presente e são importantes na organização e na leitura do espaço geográfico, o que nos leva a forma como as mesmas atuam na atualidade, num contexto de globalização.

A competição nos parece ser o motivo pelo qual há maiores esforços e necessidade de cada vez mais velocidade nos processos produtivos no mundo globalizado, indo ao encontro de Contel (2009) quando afirma que “essa alteração na velocidade de transformação dos processos tecnológicos, políticos, e de transportes pode ser entendida como uma manifestação da “aceleração contemporânea”” (CONTEL, 2009, p. 126).

Santos (1994) completa a ideia de aceleração contemporânea quando afirma que “com a rapidez com que são criados e renovados os arranjos técnicos e políticos, os imperativos da fluidez e da competitividade são tidos como dados incontestáveis do presente” (Santos, 1994, p. 29). Nesse contexto de aceleração contemporânea, temos no ano de 2002 o advento do Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB). O sistema de pagamentos pode ser considerado:

[...] em primeiro lugar, como um conjunto de normas para regular as transações diárias executadas pelos principais agentes financeiros instalados no território. Através dessa nova forma técnico-organizacional, agentes financeiros privados, instituições públicas e semipúblicas fazem circular os

principais fluxos de recursos financeiros no território” (CONTEL, 2009, p. 127).

Observamos, portanto, que as novas tecnologias impactam em um novo fazer financeiro, no qual novos sistemas de movimento são desenvolvidos, moldando novas “tecnologias de transmissão de dados, que se tornam cada vez mais ubíquas, eficientes e baratas, para aumentar a produtividade e a velocidade dos fluxos” (CONTEL, 2009, p. 126). A partir do SPB, temos o surgimento de uma maior quantidade de produtos e inovações financeiras, já que o Sistema proporciona maior rapidez e segurança para os fluxos (CONTEL, 2009) e também para os novos fixos. Acerca dos fixos, nos parece importante estabelecer umnexo causal entre os novos fixos, acessibilidade dos serviços bancários e financeiros para a população e com a chamada “hipercapilaridade do crédito” (CONTEL, 2007).

No início dos anos 2000, a economia brasileira exibiu um grande crescimento, esse sucesso se dá pela melhora nos termos de troca no mercado internacional, pautada pela alta dos preços das *commodities*, dado o ritmo de expansão acelerado da economia chinesa, pelas políticas sociais de valorização do salário mínimo e pelo consumo (BRANDÃO, 2020). Somados a isso vemos que, a partir do Plano Real, houve o aparecimento de novos fixos que trazem maior acessibilidade em relação à população não-bancarizada do território; como consequência, há o aparecimento de “novos objetos técnicos que aumentam o alcance social e espacial desses serviços, podemos dizer que foi incrementada sensivelmente a capilaridade da concessão de crédito no território brasileiro” (CONTEL, 2009, p.128), ou como afirma Contel (2007), “podemos falar de uma hipercapilaridade das finanças (CONTEL, 2007, p. 203).

Dias (2017) observa a complexidade das relações financeiras no Brasil, partindo do processo de reorganização e retração do setor bancário, com a invenção dos correspondentes bancários, objeto híbrido que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto, resultado de uma forma superior de inteligência financeira (DIAS, 2017, p.381).

O contrato de correspondente pode ter como objeto uma ampla gama de atividades de atendimento com o intuito de oferecer produtos e serviços de responsabilidade da instituição contratante a seus clientes, como: recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista, a prazo e de poupança; recebimentos, pagamentos e transferências eletrônicas visando à movimentação de contas de depósitos de titularidade de clientes; recebimentos e pagamentos de qualquer natureza e outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços; execução ativa e passiva de ordens de pagamento cursadas por intermédio da instituição contratante por solicitação de clientes e usuários, além de recepção e encaminhamento de propostas referentes a operações de crédito e de arrendamento mercantil de concessão da instituição contratante; execução de serviços de cobrança extrajudicial, relativa a créditos de titularidade da

instituição contratante ou de seus clientes; e recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da instituição contratante (Resolução 3.954, de 24 de fevereiro de 2011 [BCB, 2011b]) (DIAS, 2017, p. 389).

Os correspondentes significaram um aumento da acessibilidade da população aos serviços financeiros mais básicos (CONTEL, 2009). A relação física entre a população e serviços financeiros diminuiu com os correspondentes bancários, uma vez que antes a população sempre nutriu um constrangimento com as agências tradicionais. Surge, pois, uma nova possibilidade para que um enorme contingente de brasileiros fosse bancarizado por meio dessa nova rede de fixos geográficos financeiros.

No século XX é possível entender os serviços bancários da seguinte forma: no início deste século, a rede bancária era pequena, sendo limitado a bancos regionais, por meio da adoção de um único banco que emitia moeda no país, quando se dá a atuação do Banco do Brasil em todos os Estados. Em meados do século, a maioria dos bancos estava concentrada nas grandes metrópoles, com poucas agências, o que mudou nas décadas seguintes com o incentivo do governo na abertura de agências pioneiras e uma maior integração financeira em todo o território nacional. Já entre os anos de 1980 e 1990, esta expansão passa a ser seletiva em algumas redes de bancos, sendo “[...] caracterizada pela retração de agências bancárias no interior de todas as macrorregiões e, simultaneamente, expansão nas maiores regiões metropolitanas do país; em outras palavras, uma adaptação espacial às novas condições macro e microeconômicas” (DIAS, 2009, p.115).

No Brasil, nos primeiros anos do governo de Fernando Collor (1990/1992) sendo aprofundado posteriormente no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), teve início ao ajuste neoliberal que foi responsável por estabilizar a macroeconomia brasileira, por meio do chamado Plano Real, bem como, a reforma do Estado brasileiro, onde suas duas principais características se deram com a abertura da economia ao capital estrangeiro e as privatizações das estatais. Toda esta mudança trouxe ao setor bancário um intenso processo de desnacionalização, sendo boa parte das instituições bancárias controladas pelo capital estrangeiro e uma expressa redução do número de bancos públicos estaduais, que foram privatizados (BRANDÃO, 2013)

Com o crescimento acelerado das agências a partir de 1990, surge um novo objeto bancário nos anos 2000 que aumentou ainda mais a capilaridade financeira brasileira, o que fez

com que os grandes bancos obtivessem mais lucros, são chamados correspondentes bancários². Esses fixos bancários influenciaram e reorganizaram todo o setor bancário espacialmente.

[...] as grandes redes privadas, como Bradesco, Itaú-Unibanco e Santander não desistiram de seu domínio sobre o espaço, e essa nova geografia não foi tolerada por muito tempo, levando bancos a inventar ou reinventar a figura do correspondente bancário, um objeto híbrido que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto, resultado de uma forma superior de inteligência financeira, – como diria Milton Santos (1996) sobre essa capacidade das firmas de inventar novos produtos sob o domínio do capitalismo financeiro (DIAS, 2017, p. 388).

Os correspondentes bancários tiveram seu maior crescimento entre 2000 e 2008. Loureiro; Madeira; Bader (2016, p. 5) afirma que se tratam de [...] “parcerias entre um estabelecimento comercial, como lotéricas, correios ou farmácias, e uma instituição financeira, na qual o estabelecimento comercial, além de sua atividade principal, oferece serviços dessa instituição”. Mas; Siedek (2008) *apud* Loureiro; Madeira; Bader (2016) destacam que toda esta expansão se deu porque a instalação de um correspondente bancário é de grande facilidade, por conta dos bancos usarem a estrutura existente no estabelecimento, não havendo a necessidade de que seus funcionários sejam sindicalizados como em uma agência tradicional.

A partir dos meados de 2010 tivemos novas mudanças no setor bancário, que trouxeram novas lógicas de localização e espacialização, sobretudo a diminuição dos correspondentes bancários e das agências pelo território. Além desta diminuição, também passa a ser visível a diminuição das transações financeiras presenciais dando lugar aos meios não presenciais (SANTOS, 2020). Temóteo, Marchesan, Abe (2019) realçam que, entre 2010 e 2018, as transações não presenciais tiveram um crescimento considerável, passando de 12,2 bilhões em 2010, para 51,9 bilhões em 2018.

No ano de 2020, mais uma modalidade de transação bancária emerge no sentido de ampliar a transação não presencial. O novo sistema brasileiro de pagamento adota o chamado PIX, que faz transações bancárias de forma instantânea, permitindo uma comunicação bancária de 24 horas por dia, de segunda a segunda, onde é possível fazer pagamentos transferências, entre outros (FEBRABAN, © 2023). Com isso, toda a rede bancária brasileira aumenta sua capilaridade e os entraves passam a ser menores, entretanto em maior quantidade, pois o indivíduo se conecta, por meio de um aplicativo, diretamente a todos os serviços

² Correspondente bancário é uma instalação que presta serviços financeiros básicos como saques, depósitos, pagamentos de contas dentro de estabelecimentos como supermercados, farmácias, padarias, etc. as lotéricas também se enquadram na mesma definição.

disponibilizados pela rede bancária, tornando-se um nó dentro da rede bancária, por meio de uma estrutura já existente ou pela criação de uma nova estrutura que permita seu pleno funcionamento.

Toda esta mudança dentro do setor financeiro brasileiro, apesar de ter algumas particularidades, teve sua transformação promovida pelos órgãos reguladores que buscam impulsionar a competitividade dentro do mercado brasileiro, bem como não pode deixar de se destacar o principal protagonista desta mudança, o consumidor (EY BRASIL, 2020). Com os efeitos causados pela pandemia da Covid-19, este processo de mudança foi acelerado ainda mais, mudando radicalmente o comportamento dos consumidores, que passaram a enxergar a situação como dentro da normalidade.

O setor bancário teve uma mudança em sua dinâmica de competição com a entrada de empresas, entretanto, possuem capital de sobra para testar e implementar novos negócios (SY BRASIL, 2020). Apesar desta nova configuração, todas estas mudanças ainda são consideradas incertas, pois muitas instituições financeiras tradicionais devem repensar sua atuação a longo prazo, para que se mantenham no mercado e continuem a ser relevantes (SY BRASIL, 2020).

Toda esta regulação promovida pelos órgãos regulatórios para que houvesse uma abertura de mercado e que deram ao consumidor um maior empoderamento, por meio da oferta de produtos personalizados, aumentaram a pressão em torno das instituições financeiras tradicionais para que busquem soluções para os novos modelos de mercado que temos visto, entre eles os modelos digitais (SY BRASIL, 2020).

Figura 1: Atuação dos órgãos regulatórios entre 2006 e 2020



Fonte: Bacen (extraído de SY BRASIL, 2020).

Nesta senda, entre estas mudanças, podem ser apontadas:

- Espera pelos consumidores de novas soluções financeiras por meio de seus provedores: o incremento do uso de smartphones tem sido o ponto chave de mudança nesta configuração bancária e no modo de consumo entre cliente e instituição financeira. Os clientes buscam não somente um determinado produto, mas um meio seguro, personalizada e de baixo custo dentro de seu consumo;
- Novas tecnologias disponíveis: o setor bancário tem investido em novas tecnologias que atendam as necessidades do consumidor. Dados da Febraban indicam que 73% das

organizações têm buscado investimento visando desenvolver suas soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA), *Machine Learning* (ML) e Computação Cognitiva (CC), que proporcionam um melhor relacionamento com seus clientes;

- Open Banking: o compartilhamento de dados tem seguido o caminho contrário, pois, em vez de ser uma ameaça, tem sido encarado pelos setores tradicionais como novos meios de relacionamentos com instituições financeiras ou não, em que a principal visão é a expectativa dos consumidores de soluções cada vez mais inovadoras;
- Pagamentos feitos em tempo real: a realização de pagamentos feitos em tempo real (Real Time Payment ou RTP) se tornou uma das principais soluções em transferências eletrônicas entre as diferentes instituições. A implantação pelo BC da modalidade de PIX, cujo objetivo era padronizar o uso de códigos QR, trouxe maior comodidade, confiabilidade e segurança nos pagamentos instantâneos (YE BRASIL, 2020).

Não obstante, muito ainda tem que ser feito para que todas estas novas configurações financeiras sejam adotadas de forma totalmente segura e que acompanhe as necessidades dos consumidores, principalmente na integração dos diversos tipos de pagamentos, por meio de uma padronização das tecnologias e sistemas de pagamento, e que haja uma interoperabilidade nestes mecanismos, nos provedores de liquidez, nos bancos e Fintechs (YE BRASIL, 2020).

È possível notar que toda esta mudança ocorrida ao longo dos anos, onde a tecnologia se faz mais presente dentro das organizações, trouxeram mudanças substanciais em todos os setores de trabalho, e o setor bancário, não ficou para trás.

Neste sentido, é possível buscar uma análise do setor bancário dentro da formação socioeconômica do município de Macaé, onde em um primeiro momento é necessário conhecer a sua formação socioespacial e estrutura produtiva que alavancaram a presença maior do setor bancário no município.

CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E ESTRUTURA PRODUTIVA DE MACAÉ

Neste capítulo, faremos uma discussão sobre como se deu a formação socioeconômica do município de Macaé e a configuração de sua estrutura produtiva. Inicialmente é feita uma abordagem histórica da ocupação territorial do município para, na sequência, uma leitura da nova configuração produtiva, advinda principalmente da exploração de petróleo.

2.1 Formação socioespacial de Macaé

Na segunda metade do século XVI, tiveram início as primeiras tentativas de colonização da região de Macaé, com ações visando o controle do contrabando de pau-brasil pela Coroa Portuguesa, a partir de seu projeto de colonização baseado na distribuição de terras de sesmarias para particulares e ordens religiosas. O objetivo desta distribuição era, além de estabelecer núcleos populacionais, evitar os confrontos entre estrangeiros e indígenas, conquistando assim os índios e tornando-os súditos da Coroa (AMANTINO et al., 2011).

Amantino et al. (2011) salientam que a ocupação da então chamada Capitania da Paraíba do Sul, onde fica a região de Macaé, entre os séculos XVI, XVII e XVIII, foi marcada por diversos conflitos envolvendo o controle de terras e riquezas, por conta das tensões causadas pelo contrabando de pau-brasil e dos conflitos entre os índios Guarulhos e os estrangeiros, sem contar com o mal-estar existentes entre os religiosos e colonos.

Macaé integrava a Capitania de São Tomé, que posteriormente passou a ser chamada de Capitania da Paraíba do Sul, entretanto seu donatário Pero de Góis desistiu da capitania por volta do ano de 1548, temeroso com os ataques que vinham acontecendo pelos índios Goitacás, em 1619 (PENHA, 2011). Seu filho também renunciou à posse da capitania e, no início do século XVIII, ela foi requerida pelos Sete Capitães³, que instalaram currais e choupanas e iniciaram o cultivo da cana de açúcar, atividades que contribuíram para a colonização e povoamento deste território. Porém, no ano de 1830, a Companhia de Jesus solicitou as terras entre os rios Macaé e Leriipe (atual Rio das Ostras), que constituíram parte do território macaense, onde criaram dois engenhos de lavoura de cana.

Faria (1988), em um estudo sobre o cotidiano dos investimentos feitos pelos donatários da Capitania da Paraíba do sul, constatou que a região passou da atividade pecuária e da cultura

³ Os Sete Capitães eram nobres proprietários de terras no Recôncavo da Guanabara que, em 1627, lutaram junto à Coroa para expulsar os franceses do Rio de Janeiro.

de alimentos para a exportação de cana de açúcar. Surge, então, com isso um crescimento demográfico da região, ainda mais por conta da decadência da produção de açúcar no recôncavo da Guanabara e da transferência da capital brasileira de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro, somado à expulsão dos jesuítas no ano de 1759, que alteraram os pastos existentes em canaviais.

Tem-se, então, o processo de constituição das freguesias de Macaé com a criação da Freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita do Sertão do Rio do Macaé, em 1765, sendo um marco divisório com as terras macaenses da Vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes. No ano de 1785, a freguesia de Nossa Senhora das Neves e Santa Rita passaram a ser consideradas como as mais modernas dos Campos dos Goytacazes, porém, com poucos habitantes que estavam dispersos pelas terras e eram pessoas paupérrimas (REYS, 1997).

Nesta época existiam somente quarenta habitantes livres, 102 escravos, além de dois engenhos, que produziam cem arrobas de açúcar anualmente, além de uma colheita de grão e criação de grãos, ambas pequenas, que se dividiam em doze unidades. O crescimento da região, no ano de 1813, foi enorme, passando de quarenta habitantes para 1.691 (mais 4.277,5%) e de cento e dois cativos para 3.640 (mais 3.568,6%). Outro aspecto relevante neste crescimento foi o número de pessoas brancas, que passou de 43% para 63%, o que demonstrou um maior aumento de proprietários de terra (FARIA, 1988, p. 327).

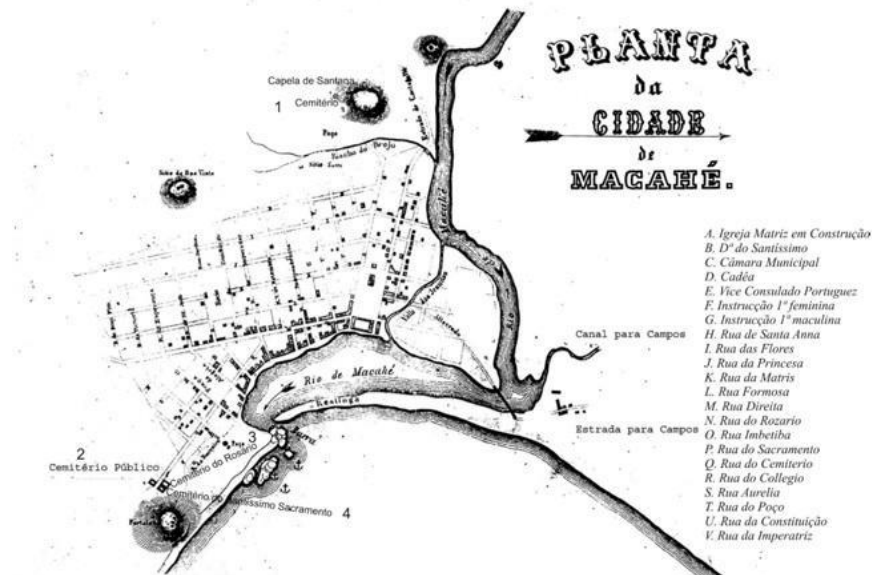
A partir deste ano, 1813, toda esta região passa a constituir o município de Macaé, que continuou ligado à vila de campos dos Goytacazes e à cidade de Cabo Frio, passando, neste mesmo ano, de arraial para vila de São João de Macaé, por conta do pedido de seus ocupantes para “dissipar as inconveniências e vexames, que sofriam (...), por falta de pronta administração da justiça, pois quando dela necessitavam, uns eram obrigados a procurá-la na cidade de Cabo Frio e outros na vila de São Salvador, distanciadas 19 a 30 léguas respectivamente” (LAMEGO, s/d, p.66).

Apesar de todo contexto ter sido por interesse privado, é possível entender que a região se encontrava em um crescimento econômico visível e de transformação de toda a paisagem urbana macaense (PENHA, 2001).

É somente na metade do século XIX que a Vila de São João de Macaé começa seu processo de urbanização com o projeto e planejamento do engenheiro Henrique Luiz Niemeyer Bellegarde, composto por: “três grandes ruas paralelas que acompanhavam o sentido da foz do rio, junto ao mar, e que cortavam a área urbana de modo longitudinal. Estas três vias – a rua da Praia, junto à foz do rio; a rua principal chamada de Direita; e a rua Formosa, que se dirigia ao interior – eram cortadas por ruas transversais, formando as ligações do mar ou do rio com o

interior. O projeto se completava ainda com a criação de duas praças colocadas nos extremos da área urbanizada: a praça da alegria, junto à foz do rio; e a praça da matriz” (KNAUSS, 2001, p. 30).

Figura 2: Planta da Cidade de Macaé – Século XVIII

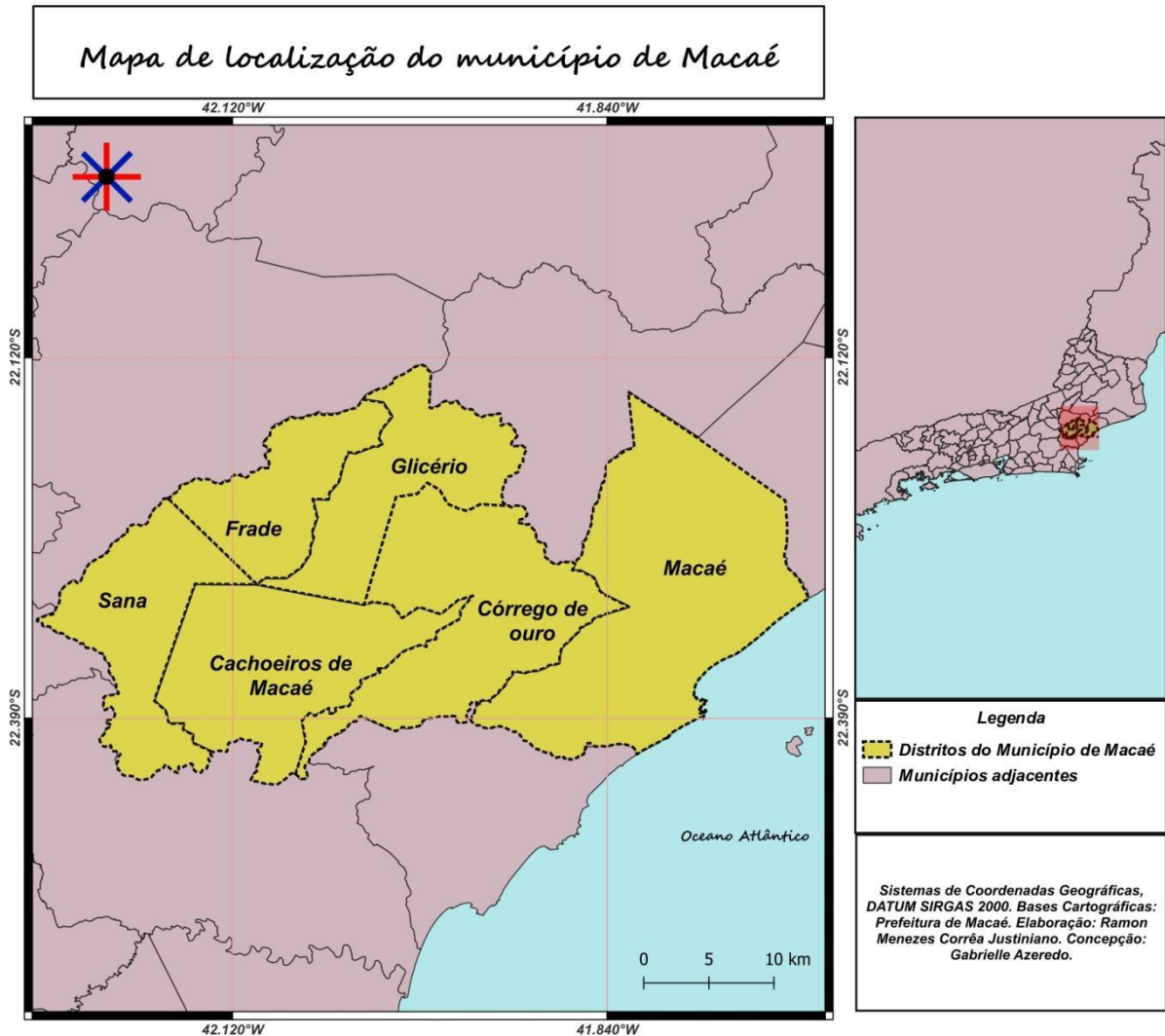


Fonte: BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Todo este processo urbanístico se deu por conta do desenvolvimento econômico, que era, até o final do século XVIII, ainda voltado à produção de alimentos e ao comércio interno, atividades econômicas que provocaram o adensamento demográfico, contendo uma população mais livre que estavam em busca de expansão de suas lavouras, bem como o adentramento da agricultura cafeeira que foi de suma importância durante todo o século XIX (KNAUSS, 2001).

Com o passar do tempo, Macaé foi mudando sua configuração, sendo possível ver, na Figura 3, a inclusão de mais terras, divididas em distrito localizados na região serrana do município. Entretanto, o 1^o distrito Macaé, região litorânea, permaneceu com a configuração de sua primeira planta.

Figura 3: Mapa de Localização do município de Macaé e seus distritos



Fonte: Elaborado por Ramon Menezes Corrêa Justiniano, 2023

2.2 Estrutura produtiva e dinâmica populacional

Várias foram as mudanças, tanto econômicas, quanto urbanísticas da cidade de Macaé, por conta de seu crescimento econômico que se torna ainda maior nos anos 1970, com a exploração de petróleo e de gás natural na já então chamada Bacia de Campos, com o campo de Garoupa identificado pela Petrobras em 1974.

Com a instalação de uma base operacional de apoio da Petrobras e de algumas empresas multinacionais, prestadoras de serviço e empresas particulares, a cidade de Macaé se torna um polo importante na exploração de petróleo *offshore*. Piquet (2004) reforça que a região era propícia para a logística, bem como por conta de sua ordem natural, para que a base de operação da Petrobras fosse instalada nesta cidade, o que fez com que Campos dos Goytacazes perdesse

seu posto, fazendo com que a atividade canavieira desse lugar a uma nova atividade, a de exploração mineral, que passa a gerar empregos. Ainda segundo a autora, a escolha por Macaé foi estratégica, pois estava bem mais perto dos centros consumidores e também já possuía um porto, que foi reformado.

Esse momento caracterizou uma transição econômica, por revelar a decadência da atividade canavieira e o surgimento desta nova modalidade de atividade, que teve a capacidade de criar os postos de empregos para preencher a lacuna deixada pelos empregos que foram sendo extintos com a queda da produção de açúcar. Sem contar que esta nova atividade econômica, por utilizar tecnologia mais moderna em uma localidade caracterizada por uma monocultura tradicional, cria novas perspectivas para a população macaense, que passa a enxergar na região Norte Fluminense possibilidades de adentrar na cadeia produtiva do petróleo (SILVA, 2005).

Não se pode deixar de salientar que, além dos investimentos privados, houve também investimentos públicos para melhoria da infraestrutura, que transformaram uma cidade de características rurais, onde sua base econômica se dava pela agropecuária e pesca, e alteraram radicalmente todo o seu perfil econômico, com a instalação de 192 empresas comerciais e industriais e 176 prestadoras de serviço, entre 1970 e 1983, consolidando a cidade de Macaé como uma província petrolífera. Entre os anos de 1984 e 2002, a cidade já contava com 4.126 empresas, entre empresas comerciais, industriais e de prestação de serviços (SILVA, 2004).

No ano de 1997, o governo federal faz uma mudança institucional, criando a Lei n.º 9.478, que dispõe sobre a política energética nacional, cuja diretriz estabelece que todo o monopólio de exploração petrolífera, até então exercido pela Petrobras, passe a ser feito por meio de livre concorrência, conforme o disposto no inciso IX, do art. 1º da referida lei. Com isso, os contratos de riscos que não davam garantia às empresas deram lugar a contratos bem mais garantidos, o que fez com que abrisse um espaço para muitas empresas na cidade e também o pagamento de *royalties* de petróleo nestes novos contratos (SILVA, 2004).

No ano de 2014, se instaura internacionalmente uma crise nos preços do barril do petróleo, e a Petrobras passa a priorizar novos investimentos no Pré-sal na bacia de Santos, criando com isso uma crise no estado do RJ e nos municípios dependentes da transferência de renda (*royalties*). Contribuíram para isso não apenas a crise dos preços como também a Lava Jato e a destituição de Dilma Rousseff, dois fatos importantes que reforçaram o processo de desmantelamento da Petrobrás e direcionamento de seus investimentos para exploração e produção de petróleo e gás.

Esse contexto de crise levou a uma diminuição substancial no número de empresas e empregos em Macaé, onde segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, somente entre 2015 e 2017, houve uma perda de 30.000 empregos formais. Comparando com 2014, quando foram 57.744 admissões e 57.909 desligamentos, em 2017, foram 29.905 admissões (51,7% a menos em comparação a 2014) e 38.846 desligamentos, o que mostra uma crise na empregabilidade (BONIN, 2018). Essa crise é mais intensa em Macaé justamente porque o município se enquadra, além de uma economia dos *royalties*, como uma economia do petróleo (PESSANHA; OLIVEIRA, 2019), na medida em que abriga, em seu território, diversas empresas de apoio à exploração e produção de petróleo *offshore*.

Todo o crescimento econômico e aumento de empregabilidade se deu por conta do crescimento populacional e da mobilidade da população no território, o que influenciou toda a mudança urbana da cidade, principalmente em seu distrito sede, bem como em seus distritos serranos, além dos municípios ao seu redor. Conforme pode ser visto na Tabela 1, apesar de o município de Campos dos Goytacazes se destacar, foi Macaé o que apresentou maior crescimento populacional entre 1970 e 2022.

Tabela 1: Evolução da população nos municípios do Norte Fluminense de 1970 a 2022
*Estimativa da população em 2022

Município	1970	1980	1991	2000	2010	2022*
Campos dos Goytacazes	285.440	320.868	376.290	406.511	463.545	483.540
Carabepus	-	-	-	8.651	13.348	13.847
Cardoso Moreira	17.958	14.728	12.819	12.579	12.540	12.958
Conceição de Macabu	11.560	13.624	16.963	18.706	21.220	21.104
Macaé	65.453	75.851	100.895	131.550	206.6748	246.391
Quissamã	-	-	10.467	13.668	20.244	22.393
São Fidelis	35.143	34.976	34.976	36.774	37.553	38.961
São Francisco de Itabapoana	39.883	35.932	38.714	41.046	41.357	45.059
São João da Barra	15.736	18.665	20.847	27.503	32.767	36.573

Fonte: Censo Demográfico IBGE.

Quando se compara o crescimento demográfico dos municípios vizinhos, observa-se que Macaé cresceu em um ritmo bem acelerado, pois, entre 1970 a 2022, sua população quase triplicou. A tabela também nos permite perceber que dos municípios da Região Norte Fluminense, com exceção de São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira, não houve um crescimento expressivo e que Quissamã e Carapebus, por conta da dinâmica petrolífera, tiveram um crescimento positivo tal como Macaé.

É possível notar que tal crescimento populacional de Macaé se deu principalmente em sua área urbana, o que fez com que a população rural diminuísse neste período abordado (tabela 2).

Tabela 2: Variação da taxa de população urbana, rural, área territorial e densidade demográfica em Macaé (1960 – 2010)

Ano	Total	Urbano	%	Rural	%	Área (Km ²)	(hab./Km ²)
1960	58.805	23.620	40,2	35.185	59,8	2.238	26,28
1970	65.453	40.002	61,11	24.451	39,89	2.238	29,25
1980	75.851	55.152	72,71	20.699	27,29	2.238	33,89
1991	100.895	89.336	88,55	11.559	11,45	1.522	66,19
2000	131.462	126.007	95,85	6.454	4,15	1.216	108,11
2010	206.748	202.873	98,12	3.875	1,87	1.216	169,90

Fonte: IBGE – censos demográficos 1960 a 2010

É possível notar que, no ano de 1960, antes da implantação da Petrobras, aproximadamente 60% da população estava situada no espaço rural. Nos anos seguintes, houve uma inversão drástica dessa distribuição da população, pois somente 1,87% de habitantes no ano de 2010 se encontravam no espaço rural. Cadena (2011) salienta diversas tensões socioespaciais causadas pelo acelerado processo de urbanização de Macaé, pelo grande deslocamento de trabalhadores que acabaram se direcionando principalmente em direção à periferia da cidade, criando com isso uma rápida expansão horizontal na área urbana.

Mota et al. (2007, p. 290) realça que:

A partir da década de 1970, com a descoberta de petróleo na região, o município passou a viver um novo ciclo econômico, acompanhado de um acelerado crescimento demográfico. Em apenas três décadas a cidade teve a população triplicada, juntamente com o bônus e ônus do desenvolvimento. Se na Amazônia é o rio que comanda a vida, nas palavras de Tocantins (1961), atualmente pode-se dizer que em Macaé a vida é comandada pelo petróleo.

Após o redimensionamento de todo o território, somente no ano de 1980 foram criados 10.000 empregos diretos, o que repercutiu na necessidade de melhoramento de toda a infraestrutura da cidade e de seus serviços públicos e habitacionais, por meio de oferta de imóveis e melhoria da ocupação desordenada. Mota et al. (2007), porém, mostram que, mesmo com o aumento da receita de Macaé com os *royalties*, não se conseguiu cobrir toda a demanda e a melhoria das condições de vida da população macaense.

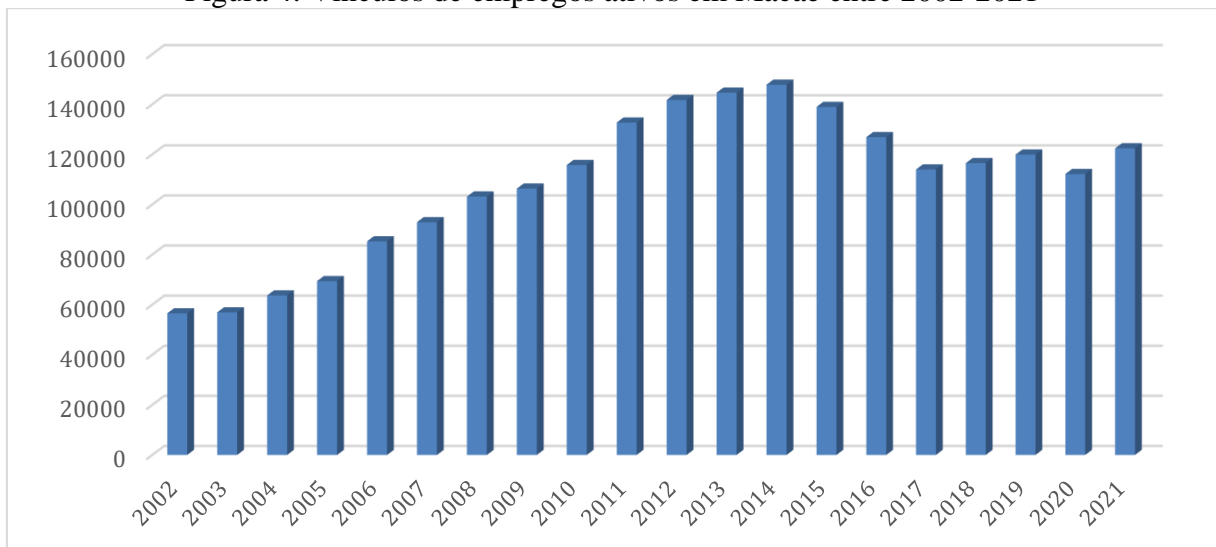
No ano de 2010, a taxa de urbanização de Macaé atingiu 98,1%, este crescimento se deu pelo estímulo do comércio, aos serviços e construção civil, por conta da pujança econômica que atraiu um contingente populacional para a Região Norte Fluminense. É necessário compreender

que, dentro das atividades petrolíferas, existe uma grande demanda de mão de obra, principalmente a mão de obra qualificada, e foi necessário que as empresas buscassem estas nos demais municípios, configurando um fluxo de população flutuante, caracterizado por um vai e vem de trabalhadores indo de seus municípios para trabalhar em Macaé (CADENA, 2011).

Cadena (2011) afirma que todo esse vai e vem de trabalhadores, vindo das cidades circunvizinhas, se dá por conta da concentração de oportunidades de emprego em Macaé e por conta do custo elevado dos imóveis, tanto para aluguel, quanto para a compra. Isso contribuiu para que estes trabalhadores ou venham de seus municípios ou residam em municípios vizinhos, principalmente em Rio das Ostras. Além de toda esta empregabilidade do setor petrolífero concentrado em Macaé, também houve um crescimento do setor terciário, entre eles os serviços de hotelaria, transporte e alimentação, o que implicou na intensificação da mão de obra qualificada também nos setores de construção civil e comércio (CADENA, 2011).

O mercado de trabalho macaense, apesar da recessão ocorrida entre 2015 e 2016, estava exibindo um crescente aumento dos postos de trabalho a uma taxa de 11% entre 1999 e 2014 (RANGEL, 2022). O seu auge se deu justamente no início de 2014, com cerca de 148 mil vínculos ativos, entretanto, com a instalação da crise, no ano de 2017 esse número caiu para 114 mil, o que equivale a queda de um quinto de postos de trabalhos em comparação com o pico de 2014 (figura 4).

Figura 4: Vínculos de empregos ativos em Macaé entre 2002-2021

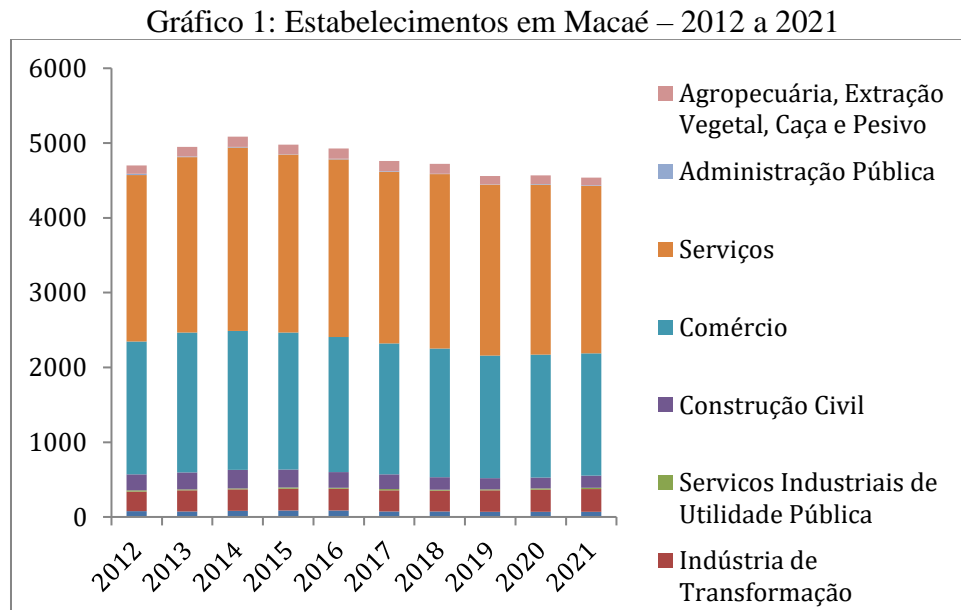


Fonte: RAIS, 2024.

Apesar de uma queda bem acentuada entre 2013 e 2017, percebe-se uma recuperação de postos de trabalho, que somente teve uma queda em 2020, por conta da pandemia da Covid-

19, mas uma nova alta em 2021, apresentando retomada de postos de trabalho em comparação a 2019 (RANGEL, 2022).

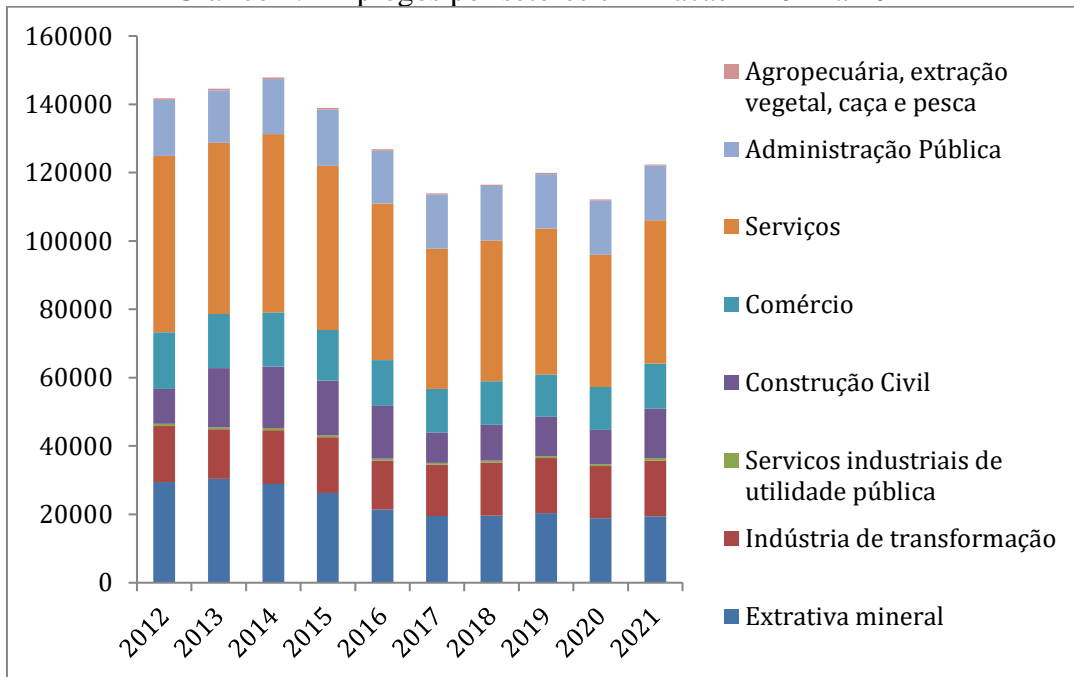
No gráfico 1 é possível notar que as principais variações se deram no setor de construção civil, administração pública e agropecuária e extração vegetal, nos demais a variação foram mínimas.



Fonte: Caged, ©2023
Elaborado pela Autora

A queda de estabelecimentos veio acompanhada da redução de empregos neste setores, principalmente no setor de agropecuária e extração vegetal (gráfico 2).

Gráfico 2: Empregos por setores em Macaé – 2012 a 2021



Fonte: Caged, ©2023
Elaborado pela Autora

É visível notar o aumento dos postos de trabalho, quando se observa a taxa de desocupação do município houve uma queda bem acentuada de desocupados caindo de 14,90% no 3º semestre de 2020 para 8,00% no segundo semestre de 2023 (Tabela 3).

Tabela 3: Taxa de desocupação em Macaé entre o 3º trimestre de 2020 até o 2º semestre de 2023

Trimestre	2020	2021	2022	2023
1º	-	14,90	11,10	8,80
2º	-	14,20	9,30	8,00
3º	14,90	12,60	8,70	-
4º	14,20	11,10	7,90	-

Obs: taxa em porcentagem

Fonte: IBGE, ©2023

Em levantamento feito pelo IBGE, no ano de 2021 o salário médio mensal era de 5,9 salários mínimos, como uma proporção de pessoas ocupadas em relação a sua população total de 43,5% (123.795 trabalhadores com carteira assinada). Quando se compara a posição de renda salarial da cidade de Macaé em relação aos demais municípios do estado do Rio de Janeiro, no ano de 2021, a cidade estava em primeiro lugar, com a melhor renda mensal do estado (IBGE, ©2023).

Tal como os postos de trabalhos em Macaé, que apresentou um declínio, é esperado que esta média mensal salarial também seja retomada, tendo em vista que a mesma já atingiu um patamar de R\$ 8.292,88 de salário médio formal. Este valor é considerado elevado por conta os setores industriais que disponibilizam postos de trabalhos dentro da indústria extrativista, de eletricidade e de gás (RANGEL, 2022).

Entre os setores que mais disponibilizam postos de trabalhos está o setor de serviços (não considerando a administração pública) com 34%, a indústria extrativista com 16% dos postos de trabalhos e a indústria de transformação com 13%. Já em relação aos postos de trabalhos formais por atividades, a que mais empregam são as de condutores de veículos e operadores de movimentação e elevação de carga, com 7.941 postos de trabalhos, os auxiliares administrativos com 7.365 postos de trabalhos e os demais setores: serviços de administração, conservação e manutenção de imóveis com 5.883, isto no ano de 2021 (RANGEL, 2022). Com a queda do ramo extrativista entre os anos de 2014 e 2016, o ramo acabou dando lugar à intensificação do setor público e na participação deste no desdobramento da crise, tendo como acompanhamento deste a evolução de serviços.

Todo este impacto financeiro ocorrido por conta da indústria petrolífera na Bacia de Campos trouxe o aquecimento dos empregos formais e influenciou substancialmente a elevação do PIB do municipal (per capita) do município de Macaé, bem como de toda a região Norte Fluminense (Tabela 4).

Tabela 4: Valor adicionado bruto por atividade econômica, Produto Interno Bruto per capita e Impostos sobre produtos, segundo as Regiões de Governo e municípios do Estado do Rio de Janeiro – 2020

Região de governo e municípios	Valor (1000 R\$)					
	Valor adicionado bruto			Impostos sobre produtos	PIB a preços correntes	PIB per capita (R\$)
Agropecuária	Indústria	Serviços				
Região Norte Fluminense	728.477	17.338.854	29.274.239	4.638.637	51.943.511	604.269
Campos dos Goytacazes	243.709	9.224.678	13.141.865	1.231.582	23.841.836	46.641
Carapebus	9.569	106.169	300.483	23.001	439.224	26.841
Cardoso Moreira	20.095	68.419	219.754	45.294	353.564	27.577
Conceição de Macabu	15.646	13.012	352.499	39.494	420.653	17.978
Macaé	61.423	3.765.556	9.128.480	2.373.392	15.328.853	58.618
Quissamã	28.609	1.877.080	1.069.878	72.319	3.047.888	121.304
São Fidélis	46.463	52.466	613.665	90.191	802.787	20.738
São Francisco de Itabapoana	250.860	83.030	647.902	300.759	1.245.839	29.515
São João da Barra	52.103	2.148.444	3.799.713	462.605	6.462.867	258.057

Fonte: IBGE, ©2023

Segundo dados do IBGE, a cidade de Macaé, no ano de 2020, alcançou o segundo maior PIB da Região Norte Fluminense, e o terceiro PIB *per capita*. Em comparação ao Estado do Rio de Janeiro e ao país, se encontra respectivamente nas posições de 14° e 5.570°. A composição do PIB de Macaé se dá por 0,40 % do setor de agricultura, 24,57% do setor da indústria, 59,55% por meio de serviços (estando incluso a administração pública) e 15,48% advindo dos impostos. É necessário salientar que o PIB *per capita* é uma média de rendimento dividido pelo seu número de habitantes, o que significa que este não é uma realidade de distribuição de renda.

Outro fator importante que deve se salientar é a questão dos *royalties*, por conta da possibilidade ou não de intervenção do poder público em relação à capacidade financeira do território. Antes da mudança feita pela Lei 7.453, de 27 de dezembro de 1985, a distribuição de *royalties* feita somente em favor dos municípios produtores, ou seja, os que produziam em terra (*on shore*), entretanto, esta lei, trouxe uma mudança no art. 27, descrevendo que o mesmo deveria ser distribuído entre o município e o território a que ele está localizado, ou seja, os municípios confrontantes com estes municípios produtores em exploração no mar (*off shore*) passaram a receber *royalties*.

Art. 27 A Sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar indenização correspondente a 4% (quatro por cento) aos Estados ou Territórios e 1% (um por cento) aos Municípios, sobre o valor do óleo, do xisto betuminoso e do gás extraídos de suas respectivas áreas, onde se fizer a lavra do petróleo (BRASIL, 1985).

Com a promulgação da Lei n.º 9.478/97 cai o monopólio da Petrobras e o governo cria o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que passa a estabelecer uma compensação financeira por conta da produtividade dos poços de petróleo. A referida lei que em seu art. 27 disciplinava que deveria haver uma celebração de acordo individualizado de produção com seus blocos vizinhos tem seu texto alterado pela Lei 12.351/2010, disciplinando que o contrato de partilha de produção se dará da seguinte forma:

Art. 27. O contrato de partilha de produção preverá 2 (duas) fases:
I - a de exploração, que incluirá as atividades de avaliação de eventual descoberta de petróleo ou gás natural, para determinação de sua comercialidade; e
II - a de produção, que incluirá as atividades de desenvolvimento (BRASIL, 2010).

Na década de 2000, a Bacia de Campos produzia cerca de 80% de todo o petróleo brasileiro, contribuindo para os municípios do seu entorno alcançarem receitas milionárias. Isso

deflagrou a uma briga política para administração e economia destes municípios, por conta de todas estas receitas geradas pelos *royalties*, bem como da perspectiva de subsídios da indústria petrolífera. Todo este processo acabou colaborando para que os ex-distritos de Macaé, Carapebus e Quissamã, entrassem em processo de emancipação, entre 1980 e 1990 (CEPERJ, 2014).

As crises no preço do barril de petróleo durante os anos de 2015, 2016 e 2017 repercutiu diretamente na transferência de renda petrolífera para Macaé, por exemplo, a receita de *royalties* recebidos foi de 367.142.253, 296.816.716 e 402.974.764, respectivamente. Assistimos uma retomada das receitas novamente a partir de 2018 (BRASIL – TNT, ©2023).

Tabela 5: Royalties nos municípios da região Norte Fluminense

Municípios					
	2018	2019	2020	2021	2022
Campos dos Goitacazes	705.969.754	496.362.643	292.537.446	591.655.630	1.065.328.624
Carapebus	42.604.515	40.325.144	39.956.745	73.433.360	103.270.732
Cardoso Moreira	8.507.752	9.341.556	9.568.715	18.782.774	21.862.307
Conceição de Macabu	10.102.925	11.088.337	11.356.955	17.548.091	25.958.100
Macaé	621.099.692	604.438.714	595.300.518	981.190.271	1.459.908.675
Quissamã	92.357.076	98.935.521	141.878.446	230.101.142	283.180.769
São Fidélis	11.736.238	12.783.082	13.182.333	20.374.332	30.148.830
São Fco. De Itabapoana	12.116.044	13.290.795	13.610.459	21.035.199	67.936.060
São João da Barra	166.086.209	135.476.785	94.565.400	192.410.313	329.355.978

Fonte: BRASIL, ©2023 (TESOURO NACIONAL TRANSPARENTE)

Macaé está em 1º lugar no recebimento de *royalties* na Região Norte Fluminense, ficando à frente de Campos dos Goytacazes, que lidera a região em relação ao PIB corrente. A utilização desta receita por conta do setor público é bastante contestada pela sociedade, pois ela deveria prover de recurso aos governos locais e regionais para o financiamento de projetos voltados à geração de riquezas alternativas que substituam a riqueza mineral, recurso este não renovável (LEMOS, 2008).

Apesar de existir justificativas econômicas e morais para que haja o pagamento de *royalties*, que estas seriam para fim de melhorias ou não, a utilização deveria ser para a diversificação produtiva das regiões produtoras, bem como em suas áreas de influência, o que iria garantir uma dinâmica autóctone futura. Lemos (2008, p.40) diz que esta concentração de recursos acaba gerando críticas em relação a sua distribuição ou justiça deles, pois, esta concentração acaba gerando um conjunto de municípios “novos ricos” no Estado do Rio de Janeiro.

Como visto anteriormente a economia macaense se deu inicialmente por meio do setor agrícola, onde posteriormente com a descoberta de exploração de mineral, principalmente, o petróleo, toda a configuração socioeconômica e espacial da cidade teve ao longo dos anos novas configurações o que trouxe a possibilidade de uma maior distribuição do setor bancário, para que este passasse a atender todo o município. Nesta senda é possível por meio deste entendimento explorar a caracterização setorial e espacial do setor bancário macaense, onde entre os anos de 2010 a 2021, teve uma mudança significativa, com uma flutuação de aumento do setor por conta da economia local, bem como diminuição do setor causado pela pandemia da Covid-19, que acabou por reconfigurar parte do setor bancário como visto anteriormente.

CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO SETORIAL E ESPACIAL DO SETOR BANCÁRIO DE MACAÉ

A análise espacial do setor bancário na cidade de Macaé se insere em um contexto de pesquisa urbana e econômica, na qual a distribuição geográfica de instituições financeiras desempenha um papel crucial no desenvolvimento local. A geografia urbana é um campo complexo e dinâmico, influenciado por fatores econômicos, sociais e políticos. Macaé, conhecida por sua significativa atividade na indústria petrolífera, apresenta uma dinâmica urbana única que pode ser examinada à luz da teoria do espaço social proposta por Lefebvre (1991). O autor argumenta que o espaço não é apenas um contêiner físico, mas um produto social, moldado por relações de poder e práticas sociais. A presença e localização de instituições bancárias em Macaé podem ser interpretadas como reflexo dessas dinâmicas sociais e econômicas (HARVEY, 2012).

A compreensão da geografia financeira de Macaé também encontra respaldo em estudos sobre o papel dos bancos na estrutura urbana. Sassen (2001), ao analisar a globalização econômica, destaca a importância das cidades como centros financeiros globais. No entanto, essa lente global pode ser adaptada para investigar o papel específico dos bancos em cidades médias como Macaé. A dinâmica entre o setor financeiro e o desenvolvimento urbano, especialmente em áreas com forte influência de setores industriais específicos, merece uma análise aprofundada. Este estudo pretende, assim, contextualizar a presença bancária em Macaé à luz desses conceitos, contribuindo para uma compreensão mais ampla das relações entre a estrutura urbana, atividades econômicas e distribuição espacial dos serviços financeiros.

3.1 Caracterização setorial do setor bancário em Macaé

O setor bancário de Macaé é composto pelas principais instituições financeiras públicas e privadas existentes no Brasil (tabela 6), todas estas instituições são bancos múltiplos, cujas operações são feitas por meio de operações de ativos, passivos e acessórias, cujas carteiras são: de investimento e/ou desenvolvimento, comercial, arrendamento mercantil e de crédito, investimento, crédito imobiliário e financiamento (BCB, ©2023).

Tabela 6: Estabelecimentos bancários em Macaé entre 2010 e 2021

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Bradesco	3	4	5	5	5	5	5	7	6	5	5	3
BB	3	3	4	4	4	4	4	3	3	3	4	4
Itaú S.A.	6	7	7	8	9	9	9	8	8	7	6	6
Bco Mercantil	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Santander	3	4	5	5	5	6	6	6	6	6	6	6
CEF	2	2	3	3	4	4	4	4	4	4	4	4
HSBC	1	1	1	1	1	2	2	0	0	0	0	0
Unibanco.	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	20	22	26	27	29	30	30	28	27	25	25	23

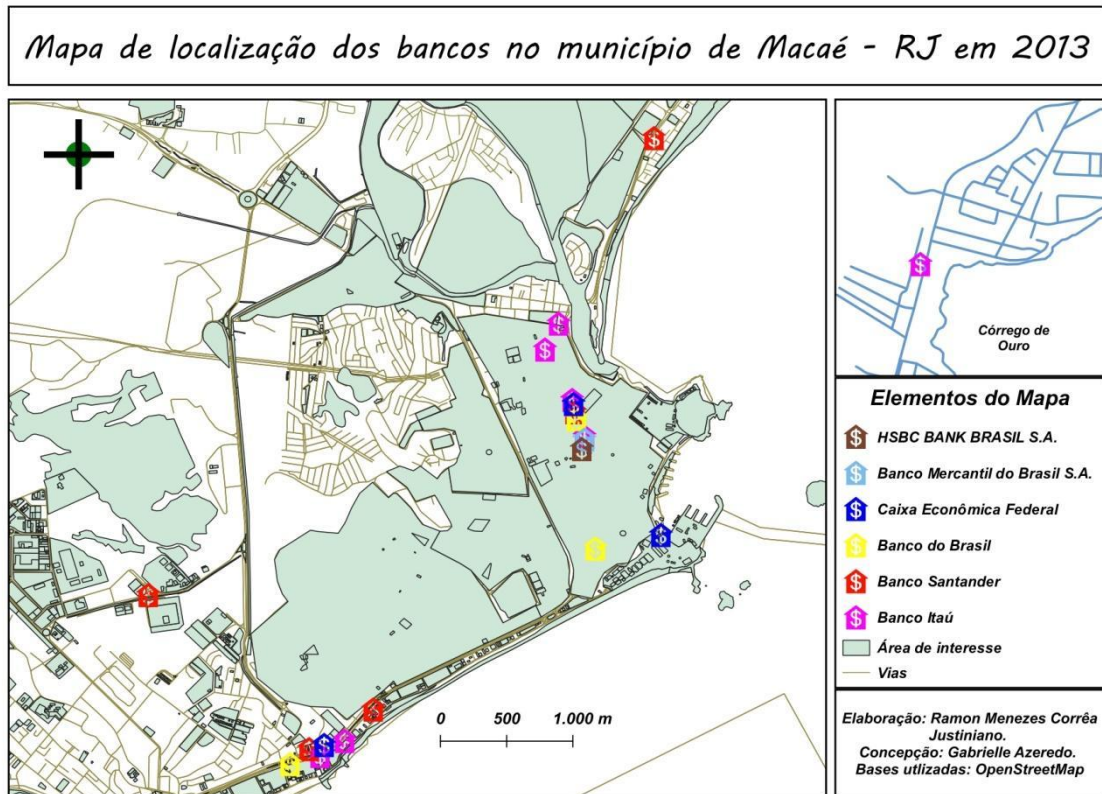
Fonte: BCB, ©2023

É possível notar que, entre 2010 e 2023, os estabelecimentos bancários tiveram uma oscilação considerável, flutuando entre fechamentos e aberturas de agências. O principal aumento de agências se deu nos anos de 2012 a 2018, havendo uma queda a partir de 2019, caindo ainda mais com a chegada da pandemia da Covid-19 em 2020, o que trouxe, como visto anteriormente, uma nova configuração dentro do setor bancário nacional.

Alguns grandes bancos compraram outros bancos, como a aquisição do Banco Mercantil do Brasil pelo Bradesco no ano de 2002, o que elevou a sua clientela em 6,27%, passando de 11,3 milhões de clientes para 12 milhões (PORTES, 2002). Dois anos depois, em 2016, o Bradesco adquiriu o HSBC, aumentando sua clientela em 19,5% com 30,6 milhões de correntista, encostando em seu maior concorrente, o Banco Itaú, maior banco privado do País, que tal como o Bradesco também havia feito uma fusão com o Unibanco no ano de 2008 (EXAME, 2016).

Em relação à localização espacial das agências, estas estão distribuídas em diversos bairros, entretanto a maior concentração de agências se dá no Centro da cidade, seguida do bairro de Cavaleiros e as demais em diversos bairros e distritos como o de Cabiúnas e Córrego do Ouro (figura 5 e tabela 7).

Figura 5: Mapa de localização dos bancos no Município de Macaé – RJ em 2023.



Fonte: Elaborado por Ramon Menezes Corrêa Justiniano, 2023

Tabela 7: Estabelecimentos bancários em Macaé por bairros entre 2010 e 2021

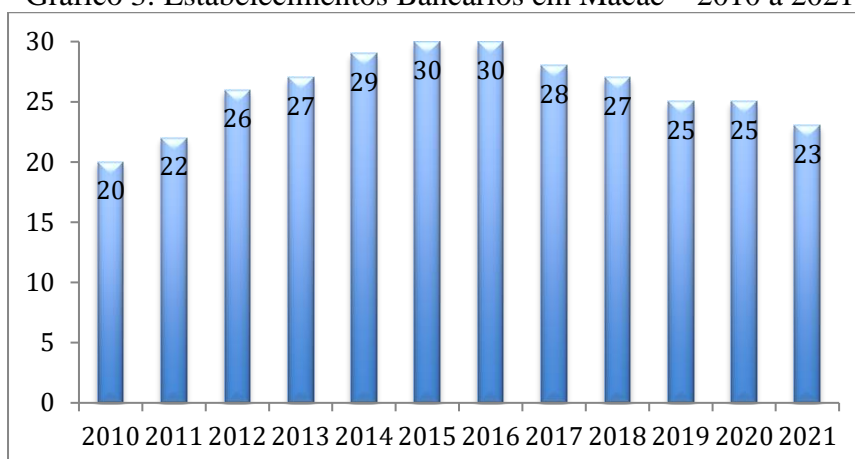
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Alto Cajueiros	0	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	1
Cabiúnas	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Cavaleiros	5	5	5	6	6	7	7	7	6	5	5	5
Centro	11	11	13	13	14	13	12	11	11	10	10	9
Córrego do Ouro	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Gloria	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
GJ dos Cavaleiros	0	1	1	1	2	3	3	2	2	2	2	2
Imbetiba	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Total	20	22	26	27	29	30	30	28	27	25	25	23

Fonte: BCB, ©2023

Nesta parte do trabalho foi feito um levantamento sobre os principais dados das unidades bancárias de Macaé, que serão dispostos em forma de gráfico para melhor compreensão da flutuação, entre os anos de 2010 e 2021, tendo em vista que, no ano de 2020, deu-se início a pandemia da Covid-19, que alterou e muito as configurações das modalidades de serviço no mundo todo.

A cidade de Macaé foi crescendo ao longo do tempo e todas estas mudanças trouxeram novos horizontes e crescimento no setor bancário. No gráfico 3, notamos que o crescimento econômico da cidade a partir de 2010 foi acompanhado pela instalação de novas agências, cujas unidades atingiram 30 no ano de 2015. Entretanto, com a Pandemia da Covid-19 e a nova configuração das modalidades de transações econômicas no país, este número de agência passa a regredir, e nos dias atuais estão reduzidas a somente 19.

Gráfico 3: Estabelecimentos Bancários em Macaé – 2010 a 2021



Fonte: Caged, ©2023
Elaborado pela Autora

Em relação a número de empregos bancários de Macaé, este se antevê em uma flutuação mínima só dando uma reduzida considerável entre os anos de 2018 e 2021, porém, nota-se que este número tem aumentado, com crescimento entre 2020 e 2021 no pós-pandemia, criando-se novamente mais 132 novos empregos (gráfico 4), ou seja, um crescimento de 53,55% (cinquenta e três vírgula cinquenta e cinco por cento).

Gráfico 4: Números de Empregos – 2010 a 2021

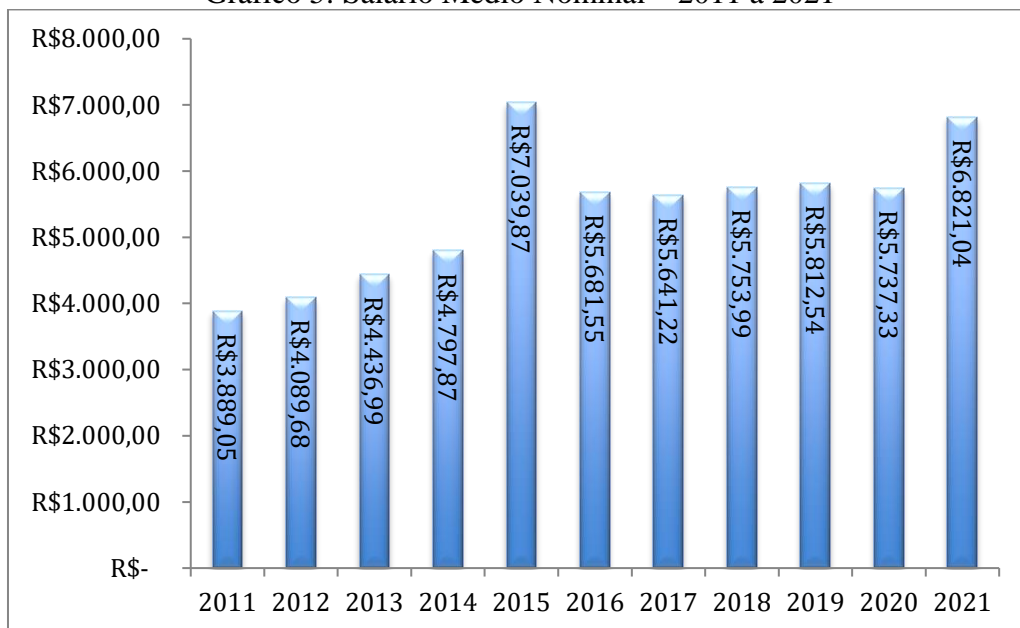


Fonte: Caged, ©2023
Elaborado pela Autora

Apesar de se pensar que a pandemia da Covid-19 fosse acabar com o trabalho presencial, o que aconteceu na verdade é que a pandemia virou somente uma lembrança trágica, o que fez com que as organizações passem a exigir novamente a presença de seus funcionários em seus estabelecimentos. Entretanto, no Brasil, o volume de trabalho *home office* ainda esta bem a frente de países como Estados Unidos, Índia, Espanha e Reino Unido (SIANI, 2023).

Apesar da recessão ocorrida pelo mercado de trabalho bancário macaense, entre 2015 e 2016, o salário médio mensal teve um aumento considerável entre os anos de 2014 e 2015, alcançando um aumento de 46,73%. Entretanto, com a crise que se instalou a partir de 2017, a média salarial torna a cair em 23,9%, mantendo uma média de mais ou menos R\$ 5.700,00 até 2020, tornado a ter um novo ganho em 2021.

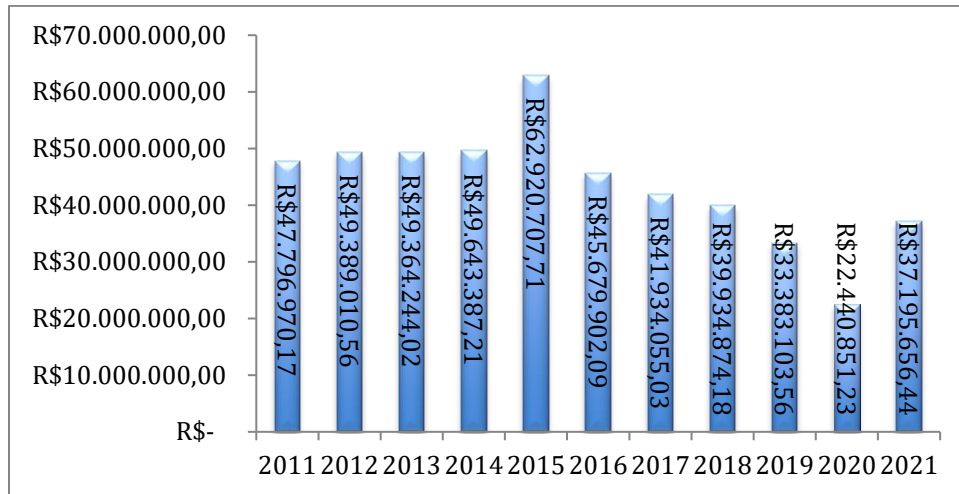
Gráfico 5: Salário Médio Nominal – 2011 a 2021



Fonte: Caged, ©2023
Elaborado pela Autora

Em relação à massa salarial dos bancários macaenses, ou seja, todos os rendimentos recebidos pelos trabalhadores ao longo do ano, é possível notar que a média desta massa, entre 2010 a 2021, é de R\$ 41.843.634,45 (gráfico 6). Nos anos de 2010 a 2013, houve uma estabilidade na massa salarial, havendo um aumento significativo no ano de 2014, que, de acordo com o Sindicato dos Bancários, se deu após uma união e mobilização da categoria que garantiu reajustes salariais de 8,5%, além de 9% para o piso salarial e um aumento de 12,5% no vale-refeição (SINDICATO DOS BANCÁRIOS, ©2023).

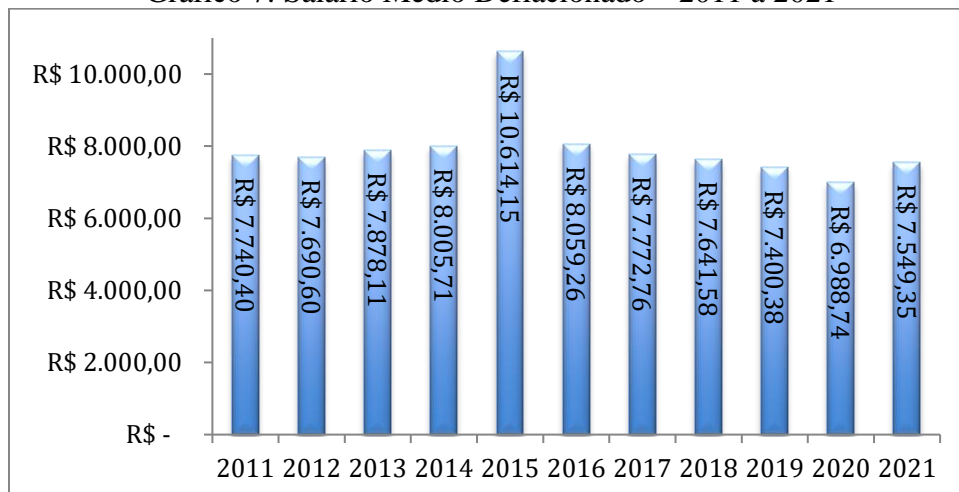
Gráfico 6: Massa Salarial Deflacionado – 2011 a 2021



Fonte: Caged, ©2023
Elaborado pela Autora

Não obstante, com a nova configuração no setor financeiro e posteriormente com a chegada da Pandemia da Covid-19, nota-se uma queda do salário médio, chegando a um valor menor que o início da série.

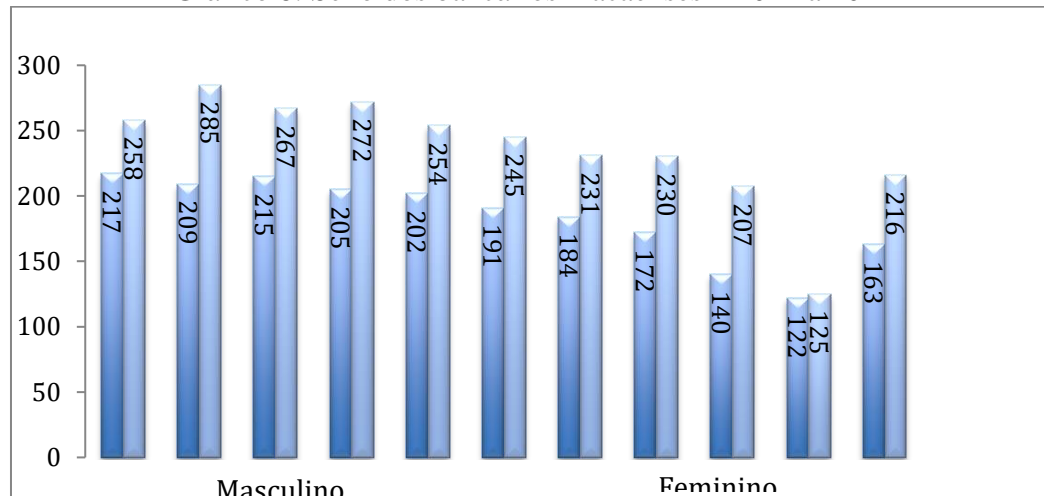
Gráfico 7: Salário Médio Deflacionado – 2011 a 2021



Fonte: Caged, ©2023
Elaborado pela Autora

Entre os bancários macaenses, a hegemonia feminina se faz presente tal como em todo o Brasil, segundo o Sindicato dos Bancários (gráfico 8). Essa hegemonia feminina, porém, não se reflete nos maiores rendimentos que ainda são percebidos pelos homens no setor bancário, especialmente no setor privado, pois os bancos públicos não fazem a distinção da função com relação a soldo.

Gráfico 8: Sexo dos bancários macaenses – 2011 a 2021



Fonte: Caged, ©2023
Elaborado pela Autora

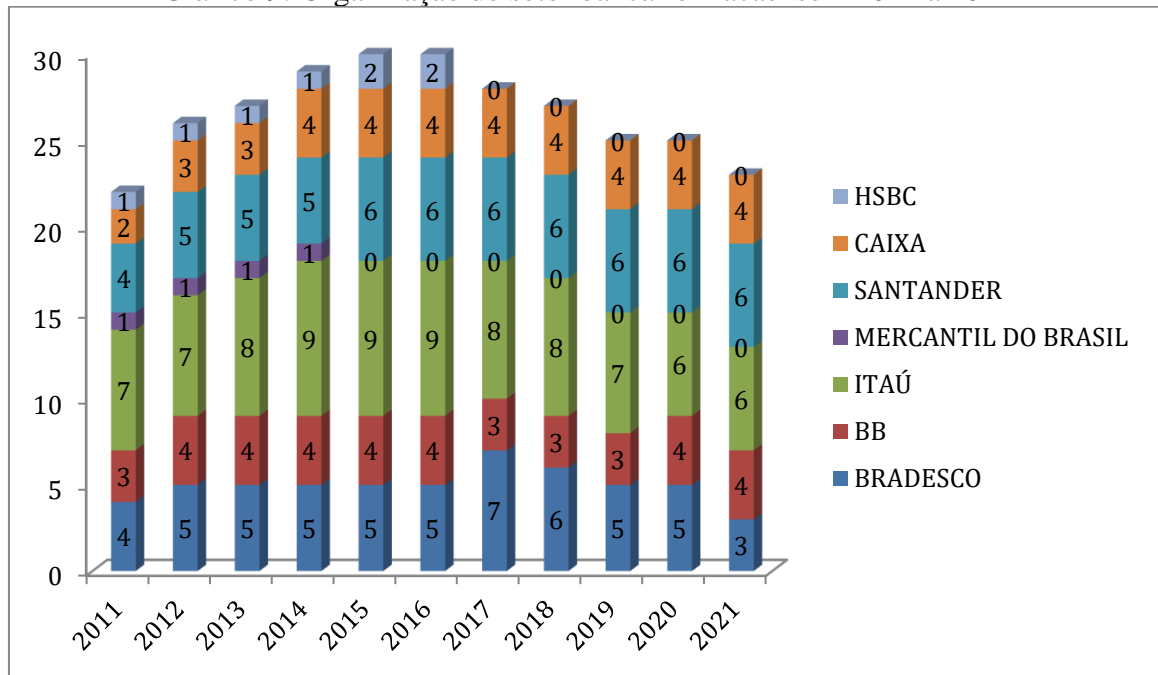
De acordo com o último Censo da Diversidade de 2014, apesar de as mulheres terem uma qualificação profissional superior aos homens, tendo 82,5% com curso superior completo em 2014, enquanto os homens alcançaram somente 76,9%, o rendimento médio mensal das bancárias era de 77,9% em relação à dos bancários, o que reflete a desigualdade de gênero presente no setor trabalhista brasileiro (SPBANCÁRIOS, 2023).

3.2 Configuração espacial do setor bancário macaense

A caracterização espacial dos bancos na cidade é influenciada pelo dinamismo econômico e pela concentração de atividades associadas ao setor. Esta caracterização espacial está estrategicamente ligada à indústria do petróleo e é um fenômeno que reflete a complexidade da interação entre fatores econômicos, sociais e geográficos.

No período do ano de 2011 a 2014, a cidade teve sete bancos diferentes, todos estes, porém, por conta de fusões e aquisições, liquidações extrajudiciais, a cidade passa a atuar com seis tipos de bancos, após a compra do Banco Mercantil do Brasil, pelo Bradesco. Durante os dois anos seguintes, a cidade ainda permaneceu com seis bancos, entretanto, no segundo do segundo semestre de 2015, o Bradesco adquire o Banco HSBC, fazendo uma transição de suas agências, o que fez com que no ano de 2017 a cidade contasse com cinco bancos e permanecesse com este número até os dias de hoje (gráfico 9).

Gráfico 9: Organização do setor bancário macaense – 2011 a 2021



Fonte: Caged, ©2023
Elaborado pela Autora

Todo este cenário mostra que existem dois fenômenos, o primeiro da falta de bancos municipais, estaduais e regionais, que foram extintos ou liquidados com as privatizações dos bancos públicos no final dos anos 1990 e da expansão bancária nos anos de 2010, com seu ápice entre 2014 a 2018 (VIDEIRA, 2009). Posteriormente, a partir de 2019 começa a sofrer uma queda, sendo possível que a cada ano que passa o setor bancário demonstra diminuição de suas agências.

A geografia urbana de Macaé reflete uma possível concentração de agências bancárias em áreas estratégicas, como o centro da cidade, onde o comércio e as transações financeiras são mais intensos. Sposito (1991) define o centro como:

Ele é antes de tudo ponto de convergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades, e em contrapartida é o ponto de onde todos se deslocam, para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim, o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo (SPOSITO, 1991, p. 46).

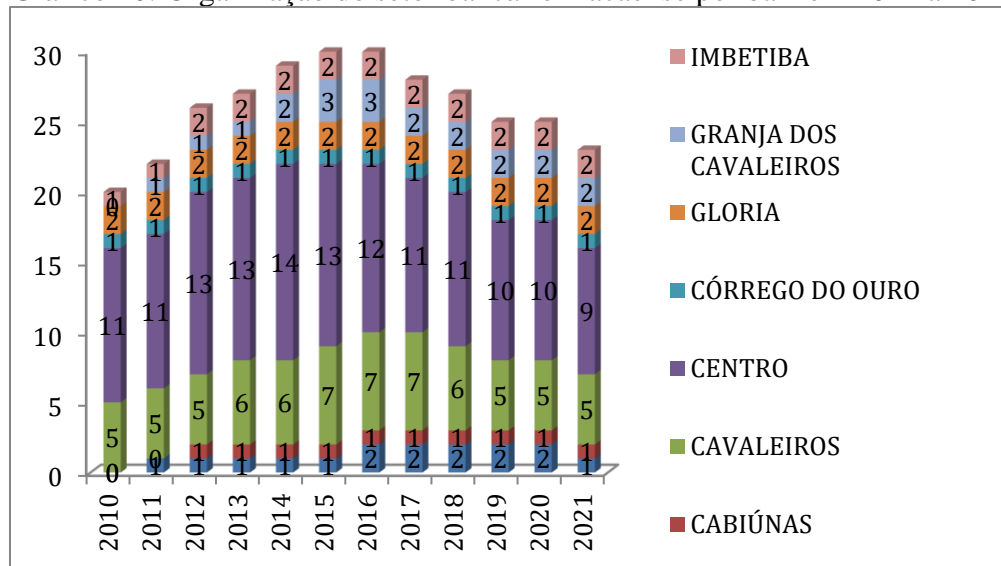
Sendo assim, o centro seria um nó, o lugar central de uma cidade, isto não significa necessariamente ser o centro geográfico (SPOSITO, 1991), o que nos leva ao termo “subcentro”. Para Sposito, (1991, p.49) os subcentros são “ áreas onde se alocam as mesmas atividades do centro principal com diversidade comercial e de serviços, mas em escala menor,

e com menor incidência de atividades especializadas”.

Na cidade de Macaé, podemos perceber a presença dos bancos no centro e também em “subcentros” como o bairro de Cavaleiros. Até o ano de 2011, a maior concentração de bancos na cidade de Macaé estava no centro da cidade, com 55% das agências e os demais bairros com 45% das agências. Nos anos seguintes, a maior concentração ainda se dá no centro, porém, foram criadas novas agências em outros bairros mais afastados.

A segunda maior concentração de agências na cidade de Macaé está no bairro de Cavaleiros. Não obstante, mesmo com a diminuição de agências no Centro da cidade e aumento no bairro Cavaleiros entre 2015 a 2017, o centro ainda concentrava a maior parte das agências (gráfico 10).

Gráfico 10: Organização do setor bancário macaense por bairro – 2011 a 2021



Fonte: Caged, ©2023
Elaborado pela Autora

O bairro de Cavaleiros é a representação do que Sposito (2018, p. 73) chama de centralidade do poder. Para Sposito (2018, p. 73), “a centralidade para mim não é um lugar ou uma área da cidade, mas sim, uma condição e expressão de central que uma área pode exercer e representar”. Partindo da premissa da autora que a centralidade é uma condição, uma cidade pode ter multicentralidades e policentralidades.

A multicentralidade seria a capacidade de uma cidade com muitas áreas centrais, ou mais uma no caso, fugindo de uma abordagem de uma cidade monocêntrica/unicêntrica, onde o centro perde sua força como centro único da cidade. Já a policentralidade, seria a combinação da multicentralidade, porém com mudanças nos padrões espaciais mais profundos, alterando as estruturas espaciais vigentes da cidade (SPOSITO, 2018).

A distribuição bancária na cidade de Macaé evidencia essa multicentralidade, que não acontece por um acaso, mas sim como resultado de práticas espaciais dos agentes econômicos. A esse respeito, Corrêa (2007, p. 68) afirma que as práticas espaciais “constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos”. Desta forma, ainda de acordo com Corrêa (2007, p. 68), entre as práticas espaciais temos seletividade espacial, fragmentação, remembramento espacial e antecipação espacial. Elas podem ocorrer mutuamente e uma não anula a outra.

A seletividade espacial e a fragmentação são duas práticas espaciais que mais marcam e caracterizam a atividade bancária em terras macaenses. Como visto no gráfico 8, o bairro de Cavaleiros ocupa o segundo lugar na concentração espacial dos bancos da cidade e, em se tratando de um dos bairros mais elitizados do município, contando com a presença de moradores de classe média e alta e estabelecimentos comerciais elitistas, os bancos ali presentes também vão corroborar com essa seletividade.

Estão presente no bairro de Cavaleiros as unidades bancárias exclusivas para clientes de alta renda, como Bradesco Prime e Santander Select (figuras 6 e 7):

Figura 6: Bradesco Prime (Agência 0575)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 7: Santander Select (Agência 1811)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 8: Itaú Personalite (Agência 9674)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 9: Banco do Brasil (Agência 4691)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 10: Banco Caixa (Agência 3391)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 11: Banco Itaú (Agência 4292)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 12: Banco Santander (Agência 0800)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Todas essas agências estão localizadas em uma mesma avenida (algumas estão localizadas uma do lado da outra), ao redor, temos a presença de condomínios residenciais e comerciais classe média e alta; uma diversidade de bares, restaurantes, além do fácil acesso a praia mais famosa da cidade. Ou seja, notamos uma centralidade que busca a captação de diversos fluxos (sobretudo o de carro, pelo fácil acesso da avenida), que pode ser facilmente percebida no fato das agências do bairro de Cavaleiros apresentarem estacionamentos rotativos em frente aos seus estabelecimentos, portanto, essa fluidez se dá pela localização privilegiada do bairro de Cavaleiros, sendo pensada para atender classes sociais distintas.

Foi levantado que nenhuma das agências do Centro de Macaé conta com a presença de estacionamento para clientes. Isso se deve à nova lógica de concentração de equipamentos bancários. Como visto anteriormente, o fechamento de agências que se inicia em 2020, somados à criação de vários Bancos digitais, levaram ao fechamento de muitas agências e uma reformulação das mesmas.

Figura 13: Banco Itaú (Agência 6128)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 14: Banco Itaú (Agência 9298)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 15: Banco Caixa (Agência 184)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 16: Banco Bradesco (Agência 1545)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 17: Banco Santander (Agência 3190)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 18: Banco do Brasil (Agência 0051)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 19: Banco Itaú (Agência 0941)



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Santos; Santos (2023, p.355) afirmam que a concentração bancária, fruto do fechamento e da reconfiguração das agências “tende a ser reforçada nos anos após a pandemia, com a transformação de agências em pontos de autoatendimento e a consolidação das agências do centro como equipamentos para atendimento de todos os serviços bancários”. Os autores reforçam que:

Quer dizer, se antes havia um movimento de dilatação pelos subcentros e centralidades adjacentes a eixos de circulação, agora o que estamos verificando é uma contração com a refuncionalização ou fechamento de

agências e o fortalecimento de agências no centro para o atendimento de um público cada vez maior e oriundo de localidades mais distantes. Essa prática espacial de remembramento reflete a busca insidiosa pelo lucro das unidades adotada pelos bancos e agrava uma perversidade numa cidade que sofre com o problema do acesso ao transporte coletivo (SANTOS; SANTOS, 2023, p. 355).

Desta forma, as agências do centro histórico de Macaé, mais antigo e que concentrava de certa forma grande parte das atividades financeiras, que em dado momento acompanhou a dilatação das agências para “subcentros”, hoje se vê sobrecarregadas e com altos fluxos de clientes em suas agências bancárias, sobretudo pela proximidade com terminais rodoviários, o que eleva a circulação de pessoas.

CONCLUSÃO

A análise profunda do setor bancário no município de Macaé ao longo da última década revela uma narrativa complexa e multifacetada, entrelaçando fatores globais e locais que moldaram significativamente o panorama econômico da cidade. Ao abordar as transformações do capitalismo e a influência da globalização, compreendemos que a cidade de Macaé, como muitas outras cidades, enfrenta os desafios de se adaptar a uma economia em constante evolução. A flexibilidade inerente ao capitalismo, aliada às redes globais, se reflete na natureza dinâmica do setor bancário, obrigando as instituições locais a se ajustarem continuamente para permanecerem relevantes e eficazes.

A partir das reflexões alcançadas ao longo dos capítulos dessa pesquisa, podemos enfatizar alguns pontos importantes. O primeiro deles é como o avanço técnico e das redes gerou grandes mudanças no setor bancário, especialmente no que diz respeito à organização espacial e à organização interna dos bancos.

Através dos gráficos gerados, podemos observar que entre 2012 e 2017, o setor bancário macaense estava no período de expansão de seus estabelecimentos. Na priori, os estabelecimentos se encontravam localizados no centro da cidade (por serem um nó, o lugar central de uma cidade e onde o fluxo e as relações financeiras são mais intensas) e com a expansão das atividades, foram se expandindo para outros locais.

Foi observado que essa expansão se deu, majoritariamente, no bairro de Cavaleiros, e como visto, essa nova centralidade está vinculada às práticas espaciais dos agentes econômicos, sendo uma delas a seletividade. Essa seletividade se encontra presente no bairro de Cavaleiros por se tratar de um dos bairros mais nobres da cidade.

Se entre 2012 a 2017 tivemos o fenômeno da expansão, a partir de 2018, sobretudo de 2020, tivemos a retração do setor bancário macaense. As novas tecnologias da informação, somadas à pandemia da COVID-19 e toda a nova configuração que se deve depois da mesma, fizeram com que muitas das agências fechassem suas portas.

Observa-se que hoje há uma reconfiguração do setor bancário no município. As agências do centro, que antes observavam o fenômeno da expansão para “subcentros” e outras centralidades, hoje se vê sobrecarregada. Com o fechamento de muitas agências, as agências do centro estão se reformulando e recebendo um público muito maior, oriundo dessas agências que estão se fechando.

Em síntese, este estudo sobre a mudança do setor bancário em Macaé ao longo da última década não apenas revela os desafios e oportunidades enfrentados pela cidade, mas também

destaca a resiliência e a adaptabilidade demonstradas pelo setor bancário local. Ao mergulhar nas complexidades dessas mudanças, buscamos fornecer uma visão abrangente que contribua para o entendimento mais amplo das dinâmicas econômicas e sociais que delineiam o curso futuro do setor bancário em Macaé.

REFERÊNCIAS

AMANTINO, Márcia. Macaé nos séculos XVII e XVIII: ocupação e povoamento. In: AMANTINO, Márcia. RODRIGUES Claudia e Outros. Povoamento, Catolicismo e escravidão na Antiga Macaé (século XVII ao XIX). Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large; Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BCB. Banco Central do Brasil. Bancos Múltiplos BCB, ©2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/bm.asp?frame=1>. Acesso em: 10 dez. 2023.

BIHR, Alain (1999). *Da grande noite à alternativa - o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Bomtempo.

BNRJ. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Planta da Cidade de Macaé. In: FRANCO, Maria da Conceição Vilela. *História*. Prefeitura de Macaé, ©2023. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/historia>. Acesso em 3 nov.. 2023.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

BONIN, N. J. Z. A atividade petrolífera como vetor de transformações econômicas e socioespaciais em Macaé-RJ. *Terr@ Plural*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 41–61, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/9918>. Acesso em: 4 nov. 2023.

Bradesco paga R\$16 bilhões e conclui compra do HSBC Brasil. *Exame*, 2016. Disponível em: <https://exame.com/negocios/bradesco-paga-r-16-bilhoes-e-conclui-compra-do-hsbc-brasil/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BRANDÃO, V. Crédito Consignado: uma análise dos impactos dessa inovação financeira para o desenvolvimento econômico brasileiro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. *Universidade Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da universidade federal Fluminense. Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/226/Brandao%2c%20Rafael-Tese-2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. Solicitar consulta às estatísticas da Rais e do Cadeg. Serviços e Informações do Brasil. Gov.br, ©2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-consulta-as-estatisticas-da-rais-e-do-caged#:~:text=Este%20servi%C3%A7o%20%C3%A9%20gratuito%20para%20o%20cidad%C3%A3o.&text=Eventuais%20d%C3%BAvidas%20podem%20ser%20esclarecidas,Minist%C3%A9rio%20do%20Trabalho%20e%20Emprego%20>. Acesso em: 10 dez. 2023.

_____, Lei n.º 7.453, de 27 de dezembro de 1985. Modifica o artigo 27 e seus parágrafos da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, alterada pela Lei n.º 3.257, de 2 de setembro de 1957,

que "dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima e dá outras providências". Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17453.htm#:~:text=%22Art.,fizer%20a%20lavra%20do%20petr%C3%B3leo. Acesso em: 06 nov. 2023.

_____. Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Lei/L12351.htm#art67. Acesso em: 06 nov. 2023.

_____. Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1987. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Senado, Brasília: DF, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.478%2C%20DE%206%20DE%20AGOSTO%20DE%201997&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20pol%C3%ADtica%20energ%C3%A9tica,Petr%C3%B3leo%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 3 nov. 2023.

_____. Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm. Acesso em: 6 nov. 2023.

_____. Transferências a Estados e Município. Tesouro Nacional Transparente, ©2023. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/transferencias-a-estados-e-municipios>. Acesso em: 07 nov. 2023.

CADENA, Alberto Silva. A pendularidade de periferização urbana: o exemplo da Vila de Córrego do Ouro. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Rio de Janeiro, RJ.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. Tradução: Roneide Venâncio Majer; Atualização para a 6ª edição: Jussara Simões. Editora Paz e Terra, 2002.

CEPERJ – FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/ceep.html>. Acesso em: 6 nov. 2023.

COMPARATO, Fábio Konder. Capitalismo: civilização e poder. 2011.

CONTEL, Fabio B. O Espaço Geográfico, O sistema Bancário e a Hipercapitalidade do Crédito. Caderno CRM. Bahia, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/CVbpNdDq9zfzDh6z9dRzbBD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 jul de 2022.

_____. Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. 2006. 323f. 2007. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia)-Departamento de Geografia, FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. *Cidades, Presidente Prudente*, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

CORSI, Francisco L. Política econômica e nacionalismo no Estado Novo, in: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (org.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Hucitec-ABPHE, p. 3-16, 1996.

DA COSTA NETO, Yttrio Corrêa. Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento. Banco Central do Brasil, 2004.

DA SILVA, Carlos Alberto Franco. A dimensão geográfica das corporações industriais: uma proposta metodológica. *Geo UERJ*, n. 7, p. 19, 2000. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49081>>. Acesso em 28 jul de 2022.

DE FREITAS RIBEIRO, Andressa. Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas Sociais*, v. 19, n. 35, p. 65-79, 2015.

DIAS, L. C. D. O correspondente bancário como estratégia de re-organização de redes bancárias e financeiras no Brasil. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 2, p. 384-396, agosto. 2017.

_____. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 384-396, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.137839. Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/137839>>. Acesso em: 27 jul. 2022.

_____. Reorganização espacial de redes bancárias no brasil: concentração financeira e expansão territorial. *Revista Geográfica De América Central*, 2(47E), 2011.

DIAS, L. C; LENZI, M. H. Reorganização espacial de redes bancárias no brasil: processos adaptativos e inovadores. *CADERNO CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 97-117, Jan./Abr. 2009.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 21-25.

FEBRABAN. Federação Brasileira de Bancos. Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária. Portal FEBRABAN, © 2023. Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3106/48/pt-br/pesquisa>. Acesso em: 28 out. 2023.

FLÓRIDI, Luciano. *A Quarta Revolução: como a infosfera está remodelando o ser humano realidade*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

FRIZZO, Leoni M. *Industrialização de Caxias do Sul: da gênese às exportações*. 1997. 493 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOLDSMITH, Raymond. Brasil: 1950- 1980. Desenvolvimento Financeiro sob um Século de inflação. São Paulo. Editora Haper & Row do Brasil. 1986.

GRAMSCI, Antônio (1976). Americanismo e Fordismo. In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. São Paulo: Civilização Brasileira.

HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. 22ª Edição. Editora Loyola, 2012.

História. Sindicato dos Bancários – CUT, © 2023). Disponível em: <https://spbancarios.com.br/historia>. Acesso em: 18 jan. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000, 2010, 2022. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 nov. 2023.

_____. Interno Bruto dos Municípios. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-francisco-de-itabapoana/pesquisa/38/47001>. Acesso em: 05 nov. 2023.

_____. Trabalho e Rendimento de Macaé. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/macaie/panorama>. Acesso em: 05 nov. 2023.

KNAUSS, Paulo. Macaé: História e Memória. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, Fundação Macaé de Cultura. 2001, p. 86.

LAMEGO, Alberto. Op. Cit., p.66. In: FRANCO, Maria da Conceição Vilela. História. Prefeitura de Macaé, ©2023. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/conteudo/leitura/titulo/historia>. Acesso em 3 nov.. 2023.

LEFEBVRE, Henri. The Production of Space. Blackwell, 1991.

LEMO, Linovaldo Miranda. O papel das políticas públicas na formação de capital social em municípios “novos ricos” fluminenses: o programa “Saúde da Família” de Quissamã e o Orçamento Participativo de Rio das Ostras. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ.

LEOPOLDI, Maria A P. O difícil caminho do meio. Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954), in: SZMRECSÁNYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (org.). História econômica do Brasil contemporâneo. São Paulo: Hucitec-ABPHE, p. 31-77, 1996.

LOUREIRO, Eleonora Rodrigues; MADEIRA, Gabriel de Abreu; BADER, Fani Lea Cymrot. Expansão dos Correspondentes Bancários no Brasil: uma análise empírica. Trabalhos para discussão, 433. Brasília - Banco Central, 2016, p. 1-41.

MATSURA, Isabela. Nubank é do Bradesco? Saiba qual a relação entre os bancos! Mobills, 2023. Disponível em: <https://www.mobills.com.br/blog/bancos/nubank-e-do-bradesco/#:~:text=O%20Bradesco%20%C3%A9%20um%20banco,o%20Next%2C%20Digio%20e%20Bitz>. Acesso em: 10 dez. 2023

MCLUHAN, Marshall. Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem. Tradução: Décio Pignatari. Editora Cultrix, 1964.

MIRANDA, José C.; TAVARES, Maria da C. Brasil: estratégias da conglomeração. in. FIORI, José Luís (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Pe- trópolis: Vozes, p. 327-350, 2000.

MOTA, Ailton; PONTES, Carla; TAVARES, Érica; CARVALHO, Leonardo; TOTTI, Maria Eugênia. Impactos socioeconômicos e espaciais da instalação do polo petrolífero em Macaé, RJ. In: SERRA, Rodrigo; PIQUET, Rosélia (org.): Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 289-318.

Mulheres ganham 25% menos do que homens no Brasil. Sindicato dos Bancários. Spcancários, 2023. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/09/2019/mulheres-ganham-25-menos-do-que-homens-no-brasil>. Acesso em: 05 dez de 2023.

OLIVEIRA, J. O Caso dos Bancos Estrangeiros no Brasil. Editora Contexto, 2017

PAGANOTO, Faber. Mobilidade e Trabalho em Macaé/RJ, a “Capital do Petróleo”. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ.

PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. Estudos avançados, v. 23, p. 25-39, 2009.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. O Município de Macaé: Fortunas Agrárias na Transição da Escravidão para o Trabalho Livre. Universidade Federal Fluminense, 2001 (Dissertação, mestrado em História), pp. 16-21.

PESSANHA, R. M.; OLIVEIRA, F. G. Os circuitos espaciais de produção do petróleo no Rio de Janeiro e em São Paulo: formação e integração da megarregião Rio – SP. Geographia, Niterói, v. 21, p. 3-17, 2019.

PIQUET, Rosélia. Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira – o norte fluminense na era do petróleo. In: COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES. 5, 2004, La Plata (Argentina). Anais, p.1-18.

PORTES, Ivone. Bradesco compra banco Mercantil por R\$ 1,372 bilhão. Folha de São Paulo, 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u39568.shtml#:~:text=Folha%20Online%20%2D%20Dinheiro%20%2D%20Bradesco%20compra,bilh%C3%A3o%20%2D%2014%2F01%2F2002>. Acesso em: 17 jan. 2024.

RANGEL, Lucas Machado Crespo Rangel. Um estudo sobre o desenvolvimento imobiliário em Macaé e o impacto da indústria petroleira. Monografia de final de curso. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2022.

REYS, Manoel Martinz do Couto. Manuscritos de Manoel Martinz do Couto Reys. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997, Coleção Fluminense, p.51.

RIFKIN, Jeremy. A Sociedade do Acesso. Editora M. Books,2014.

SAES, Flávio. Crédito e Bancos no desenvolvimento econômico na economia paulista (1950-1930). São Paulo. IPE/USP. 1986.

SANTOS, Cláudio Hamilton Matos dos, *et al.* A caracterização estrutural do sistema financeiro brasileiro: uma agenda de pesquisa. Editora Saraiva, 2015.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. Versão digital em PDF. 94p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Globalização e geografia: a compartimentação do espaço. Caderno Prudentino de Geografia, v. 1, n. 18, p. 5-17, 2001.

SANTOS, S. H. de F.; SANTOS, L. B. Lógicas de localização espacial do setor bancário e práticas espaciais dos usuários em Campos dos Goytacazes-RJ. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 343 –, 2023. DOI: 10.5216/ag.v17i2.76711. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/76711>. Acesso em: 19 fev. 2024.

SANTOS, Samuel Henderson de Faria. lógicas de localização espacial do setor bancário e práticas espaciais dos usuários em Campos dos Goytacazes-RJ. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Geografia a Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes 2020.

SASSEN, Saskia. (2001). The Global City: New York, London, Tokyo. Princeton University Press, 2001.

SAWAYA, Rubens R. Subordinação consentida: o capital multinacional no processo de acumulação da América Latina e Brasil. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2006.

SCHUTZ, John. A crise financeira da abolição. (1879- 1901). São Paulo. Edusp/ Instituto. Fernand Braudel. 1986.

SIANI, Phelipe. Depois da pandemia, o nosso home vai ficando cada vez menos office. CNN, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/depois-da-pandemia-o-nosso-home-vai-ficando-cada-vez-menos-office/>. Acesso em: 18 já. 2024.

SILVA, Leonardo de Carvalho. Desenvolvimento e Segregação Socioespacial em Macaé-RJ. Petróleo, Royalties e Região, v.2, n. 9, p.1-21, set. 2005.

SILVA, Roberto Rosendo Saraiva da. O sistema produtivo local de Macaé, caracterização e potencialidades. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade do Norte Fluminense, UENF, Campos dos Goytacazes, RJ.

SILVEIRA, María Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. Caderno crh, v. 22, p. 65-76, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/b7w7ZRM8dhjsnf5SBMLmY3j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 set 2022

SPOSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras. 1.ed. — São Paulo: Outras Expressões, 2012.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Estruturação Urbana e Centralidade. In: Encontro de Geógrafos de América Latina, 3, 1991. Anais. Toluca/México, 1991.

TAYLOR, Frederick Winslow (1987). Princípios de administração científica. São Paulo: Atlas.

Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional, Hucitec, São Paulo, 1994. (4ª edição: 1998)

TEMÓTEO, Antônio; MARCHESAN, Ricardo; ABE, Maria Carolina. Governo pode taxar transação digital e tirar cobrança da folha de pagamento... Portal do UOL/Economia, 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/18/paulo-guedes-governo-bolsonaro-estuda-imposto-cpmf-transacoes-digitais.htm>. Acesso em: 05 set. 2023.

Transformação do setor bancário e de pagamentos no Brasil. EY Brasil, 2020. Disponível em: https://www.ey.com/pt_br/financial-services/transformacao-do-setor-bancario. Acesso em: 17 jan. 2024.

VIDEIRA, Sandra Lúcia. Globalização financeira: um olhar geográfico sobre a rede dos bancos estrangeiros no Brasil. - Guarapuava: Unicentro, 2009. 334p.

VILLELA, Annibal; SUZIGAN, Wilson. Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.